

RELATÓRIO e CONTAS de 2009

Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa



PARQU≡**XPO**
RE:INVENTAR O TERRITÓRIO



RIA FORMOSA
POLIS LITORAL
REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO
DA ORLA COSTEIRA

Março 2010

89
34
f

Relatório e Contas

2009

Índice

1. Introdução	5
2. Actividades Desenvolvidas em 2009.....	8
2.1. Funcionamento da Sociedade.....	8
2.2. Investimento e Financiamento	8
2.3. Acções desenvolvidas.....	8
3. Orçamento	14
3.1. Despesa Realizada	14
3.2. Financiamento Recebido.....	15
3.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário.....	16
4. Proposta de Aplicação de Resultados.....	22
5. Princípios de Bom Governo.....	24
5.1. Estrutura Accionista	24
5.2. Missão.....	24
5.3. Objectivos e seu cumprimento	24
5.4. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais.....	25
5.5. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais	26
5.6. Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	27
5.7. Informação sobre transacções relevantes com entidades relacionadas.....	27
5.8. Outras transacções	27
5.9. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental.....	28
5.9.1. Estratégias adoptadas.....	28
5.9.2. Grau de cumprimento das metas fixadas.....	29
5.9.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	30
5.9.4. Identificação dos principais riscos para a actividade e para o futuro da empresa:	30
5.9.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:	30
5.9.6. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via da investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo.....	34
5.9.7. Planos de acção para o futuro	34
5.10. Sistema de controlo para protecção de investimentos e activos.....	34
5.11. Mecanismos adoptados com vista à protecção de conflitos de interesses	34
5.12. Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	35
5.13. Apresentação do Código de Ética.....	35
6. Gestão de Risco Financeiro	37

6.1. Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas da respectiva cobertura	37
6.2. Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes	38
6.3. Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa.....	38
6.4. Inclusão nos Relatórios e Contas.....	39
6.5. Reflexão nas Demonstrações Financeiras 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira	39
7. Informação Complementar.....	41
7.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.....	41
7.2. Outras Obrigações Legais.....	41
7.3. Referências	41

Anexo 1: Balanço e Contas

Anexo 2: Anexo ao Balanço em 31-12-2009 e à Demonstração de Resultados para o Exercício Findo naquela data

Anexo 3: Parecer do Fiscal Único

Anexo 4: Certificação Legal das Contas

SP
SL
/

1.

Introdução



1. Introdução

O Programa do XVII Governo Constitucional consagra para as zonas costeiras o desenvolvimento de uma política integrada e coordenada que favoreça a protecção ambiental e a valorização paisagística, mas que enquadre também a sustentabilidade e a qualificação das actividades económicas que aí se desenvolvem.

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objectivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho, determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

A realização destas Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, as quais são reconhecidas de interesse público pela Resolução de Conselho de Ministros referida, tem como objectivo:

- > Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- > Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- > Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- > Potenciar os recursos ambientais como factor de competitividade, através da valorização das actividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

A execução do conjunto de operações de requalificação e valorização da orla costeira, que integram o "Polis Litoral", será assegurada por empresas públicas a constituir sob a forma de sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios territorialmente abrangidos.

O conteúdo operativo de cada uma das operações "Polis Litoral" deve constar de um plano estratégico, cuja aprovação deve ser precedida de avaliação ambiental de planos e programas nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, a realizar pela respectiva sociedade gestora.

Foram identificadas cinco áreas que serão sujeitas a intervenção neste âmbito: Ria Formosa, Litoral Norte, Ria de Aveiro e, ainda, o Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Posteriormente, outras áreas poderão vir a ser abrangidas por este Programa.

Neste âmbito foi constituída, pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de Junho, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa S.A. — Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa —, sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé.

Esta sociedade tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar na Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respectivo Plano Estratégico e dando cumprimento ao estabelecido no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura – Vila Real de Santo António.

Na sequência da constituição da Sociedade e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 1.º do referido diploma, foi elaborado o Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa tendo por base o quadro estratégico da intervenção elaborado no âmbito do Grupo de Trabalho nomeado por Despacho n.º 18 250/2006, de 3 de Agosto, do Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

A Sociedade iniciou a sua actividade em 07 de Julho de 2008 (data da 1ª Assembleia Geral), tendo havido uma 2ª Assembleia Geral em 15 de Setembro destinada a aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 2008.

Em 24 de Julho de 2009 realizou-se a 3ª Assembleia Geral, tendo sido deliberado pelos Accionistas aprovar o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2008 e o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2009.

Nesta mesma Assembleia Geral foi proposta e aprovada por unanimidade a eleição para o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade do Presidente da Câmara Municipal de Olhão, Senhor Engenheiro Francisco José Fernandes Leal, em substituição do Senhor Doutor José Apolinário Nunes Portada, que apresentou renúncia ao cargo, para completar o mandato em curso, ao abrigo do disposto da alínea d) do nº 3 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais.

90
5/2
2

2.

Actividades Desenvolvidas

2. Actividades Desenvolvidas em 2009

2.1. Funcionamento da Sociedade

O ano de 2009 caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma série de actividades, entre as quais se destacam:

- Adaptação e apetrechamento das instalações da sede da sociedade, em Marim;
- Prosseguimento de algumas actividades previstas no Plano Estratégico, ao nível da contratação e/ou implementação de planos, estudos, projectos de execução e empreitadas;
- Continuação da preparação e apresentação de candidaturas a financiamento comunitário, nomeadamente ao POA, POVT, e ao PROMAR;
- Início da elaboração / preparação das Candidaturas ao PIT;
- Início da elaboração / negociação de vários protocolos de cooperação técnica e financeira – com a CM Tavira, a ARH e o IPTM.

A actividade da sociedade tem sido assegurada, fundamentalmente, através de contrato com a Parque Expo para a gestão e coordenação da Intervenção Polis Litoral da Ria Formosa.

Listam-se neste capítulo as principais actividades desenvolvidas pela sociedade no ano de 2009.

2.2. Investimento e Financiamento

A sociedade regulou a sua actuação a partir dos orçamentos de despesa e de financiamento apresentados no capítulo seguinte.

2.3. Acções desenvolvidas

2.3.1. Estrutura e Gestão

Incluem-se neste item todas as actividades relacionadas com a estrutura e gestão da Intervenção e os correspondentes custos, a saber: custos de estrutura (instalações e funcionamento, custos administrativos), custos de gestão (contrato de gestão) e elaboração dos estudos de base (Plano Estratégico e respectiva Avaliação Ambiental Estratégica).

No âmbito da Avaliação Ambiental do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa foi realizada no final do ano a Consulta Pública do Relatório Ambiental Preliminar do Plano Estratégico.

2.3.2. Planos / Estudos / Projectos / Empreitadas

Com base nas orientações do Plano Estratégico e no PAO 2009, deu-se início ao lançamento dos procedimentos de selecção dos adjudicatários para a elaboração de levantamentos iniciais considerados como prioritários, bem como para estudos e projectos técnicos de execução e para a realização de empreitadas.

No quadro seguinte listam-se e sistematizam-se as principais actividades iniciadas em 2009, relativas a estudos, projectos e obras realizados no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa.

Acção/Projecto		PROJECTO		OBRA	
		Início	Conclusão	Início	Conclusão
ACÇÕES TRANSVERSAIS - FARO OLHÃO TAVIRA LOULÉ VR STO ANTÓNIO					
Avaliação Ambiental do Plano Estratégico		Outubro 08	Março 10	N/A	
P1 Medidas Correctivas da erosão e defesa costeira					
P1.2 P1.3 Reestruturação					
P1.2	Ilha da Culatra (núcleos da Culatra e do Farol) *	Setembro 09	Agosto 10	Novembro 10	Outubro 11
P1.3	Ilha da Armona (núcleo da Armona) *				
PIR - Projecto de intervenção e requalificação das Ilhas Barreira e Ilhotes					
P2 Medidas Correctivas da erosão e defesa costeira					
P2.1 Renaturalização					
PIR - Projecto de intervenção e requalificação das Ilhas Barreira e Ilhotes (ILHOTES 1ª Fase - prioritários)		Setembro 09	Agosto 10	Novembro 10	Outubro 11
Levantamento das edificações existentes		Novembro 08	Julho 09	N/A	
Recuperação e renaturalização das áreas degradadas - Remoção de resíduos		----	----	Janeiro 09	Maio 09
Recuperação e renaturalização das áreas degradadas - Remoção de resíduos do ilhote entre Coco e Ratas		----	----	Julho 09	Julho 09
P2.2 Alimentação artificial de praias e transposição de barras					
Alimentação artificial de praias		Julho 09	Setembro 10	Novembro 11	Janeiro 13
P2.3 Recuperação dunar e lagunar					
Recuperação Dunar e Lagunar mediante dragagem em locais previamente identificados para a obtenção do volume necessário à recuperação		Julho 09	Setembro 10		
Execução do levantamento topo-hidrográfico da Ilha da Armona - Núcleo da Fuseta e canais da Fuseta		Fevereiro 10	Março 10		
P3 Requalificação da rede hidrográfica adjacente ao sistema lagunar					
Regularização e requalificação das principais linhas de água afluentes à Ria Formosa e sua execução		Outubro 09	Março 10		
P4 Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria					
Plano de mobilidade e ordenamento de circulação na Ria		Abril 10	Dezembro 10	Dezembro 10	Dezembro 10

Acção/Projecto		PROJECTO		OBRA	
		Início	Conclusão	Início	Conclusão
ACÇÕES TRANSVERSAIS - FARO OLHÃO TAVIRA LOULÉ VR STO ANTÓNIO					
P5 Criação, requalificação e valorização das infra-estruturas de acostagem e áreas adjacentes					
Revisão do projecto de Execução do Cais de Acesso às Ilhas Barreira: Ponte Cais de Olhão, Ponte Cais da Armona e Pontões de Atracação do Farol e da Culatra		Dezembro 08	Agosto 09	Abril 10	Novembro 10
Fiscalização da "Empreitada de Adaptação e Reabilitação de Pontes-Cais de Acesso às Ilhas Barreira"		Abril 10	Janeiro 11
P6 Plano de valorização e gestão sustentável das actividades ligadas aos recursos da Ria					
Elaboração do Estudo de Modelação Ecológica à Escala dos Ecossistemas		Janeiro 10	Janeiro 12	N/A	
Elaboração de Estudo da Qualidade e Sustentabilidade dos Recursos Biológicos da Ria Formosa		Janeiro 10	Janeiro 12	N/A	
P7 Infra-estruturas de apoio ao uso balnear					
Plano de Praia do Garrão (nascente)		Setembro 09	Abril 10	Outubro 10	Março 11
Plano de Praia do Ancão		Outubro 08	Maio 10	Outubro 10	Março 11
Plano de Praia da Armona (integrado no PIR)		Setembro 09	Agosto 10	Outubro 10	Março 11
Plano de Praia dos Cavacos		Julho 09	Maio 10	Outubro 10	Março 11
Plano de Praia Fuseta – Ria Plano de Praia Fuseta - Mar (em conjunto com o P5 Cais de Acesso)		Novembro 09	Maio 10	Outubro 10	Março 11
P9 P10 Plano de marketing territorial Plano de comunicação e divulgação					
Plano		Abril 09	Dezembro 12	N/A	
P12 Instalação de centros de divulgação dos valores naturais e patrimoniais					
Requalificação do património construído para divulgação dos valores naturais presentes – CEAM		Novembro 08	Janeiro 09

Acção/Projecto		PROJECTO		OBRA	
		Início	Conclusão	Início	Conclusão
ACÇÕES POR CONCELHO					
FARO					
P1 Medidas Correctivas da erosão superficial					
P1.1 Península do Ancão – Praia de Faro					
Plano de Pormenor da Praia de Faro		Julho 09	Agosto 11		
Avaliação Ambiental Estratégica Plano de Pormenor da Praia de Faro		Julho 09	Janeiro 11	N/A	
Execução de Plantas Parcelares - Plano de Pormenor da Praia de Faro		Fevereiro 10	Abril 10	N/A	
Estudo de Viabilidade – Ponte de Acesso à Praia de Faro		Julho 09	Fevereiro 10	Outubro 11	Setembro 12
Parque de estacionamento terrestre e Reestruturação do actual acesso viário, projecto de acesso pedonal e melhoria de condições de circulação de água nos esteiros		Julho 09	Maio 10	Novembro 11	Outubro 12
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.2 Parque Ribeirinho de Faro		Outubro 09	Abril 10	Julho 10	Fevereiro 11
Levantamento Topográfico - Parque Ribeirinho de Faro		Janeiro 10	Abril 10	N/A	
OLHÃO					
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.3 Parque ribeirinho poente de Olhão		Fevereiro 10	Fevereiro 11	Maio 11	Dezembro 11
Requalificação da zona de acostagem e espaço envolvente em Olhão (Zona nascente)		Maio 09	Junho 10	Setembro 10	Maio 11
Requalificação do mobiliário urbano e estruturas de apoio do cais de Olhão		Fevereiro 10	Abril 10	Setembro 10	Dezembro 11
TAVIRA					
P1 Medidas Correctivas da erosão superficial					
P1.4 Projecto de Execução das Quatro Águas - Tavira		Abril 09	Maio 10		
P1.5 Ilha de Tavira					
Projecto de Intervenção e Requalificação da Ilha de Tavira		Julho 09	Abril 10	Outubro 10	Abril 11
Margens Arraial Ferreira Neto e Ilha de Tavira (Ponte Cais)		Outubro 08	Agosto 09	Outubro 10	Janeiro 11
Prospecção Geotécnica - Ilha de Tavira		Janeiro 10	Abril 10	N/A	

Acção/Projecto		PROJECTO		OBRA	
		Início	Conclusão	Início	Conclusão
TAVIRA					
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.4	Requalificação paisagística da ligação Pedras D'EL Rei - Santa Luzia	Novembro 09	Abril 10	Outubro 10	Janeiro 11
	Levantamentos topográficos - Espaços Ribeirinhos de Loulé, Tavira e VRSA	Fevereiro 10	Março 10	N/A	
P8.5	Requalificação paisagística da Marginal de Cabanas	Junho 10	Junho 10
	Requalificação paisagística da Marginal de Cabanas - Fiscalização	Maio 10	Maio 10
	Requalificação paisagística da Marginal de Cabanas - Acompanhamento Arqueológico	Novembro 09	Maio 10
LOULÉ					
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.1	Parque Ribeirinho do Ludo	Novembro 09	Abril 10	Abril 11	Outubro 10
	Levantamentos topográficos - Espaços Ribeirinhos de Loulé, Tavira e VRSA	Fevereiro 10	Março 10	N/A	
VILA REAL DE STO ANTÓNIO					
P8 Requalificação de espaços ribeirinhos					
P8.6	Percurso Pedonal e Ciclável Lacém – Manta Rota	Novembro 09	Abril 10	Outubro 11	Abril 11
	Levantamentos topográficos - Espaços Ribeirinhos de Loulé, Tavira e VRSA	Fevereiro 10	Março 10	N/A	



3.

Orçamento

3. Orçamento

3.1. Despesa Realizada

Em 2009, a despesa realizada respeita a:

- ✓ Em termos de natureza da despesa, essencialmente a despesas com Empreitadas, a despesas com o Contrato de Gestão Global da Intervenção e a despesas com Estudos e Planos;
- ✓ Em termos de centros de custo aos "Custos de Estrutura e de Gestão da Intervenção", ao "P2 - Renaturalização, Alimentação Artificial de Praias, Transposição de Barras, Recuperação Dunar e Lagunar", e ao "P12 - Instalação de Centros de Divulgação dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria".

Globalmente, a despesa realizada em 2009 situou-se nos 2.855.673€ fazendo com que a despesa realizada em termos acumulados à mesma data se situasse nos **4,971 milhões de euros**.

Nos quadros seguintes apresenta-se a desagregação da despesa por natureza e por centros de custo, e a sua comparação com os valores orçamentais previstos para o mesmo período.

Mapa de Controlo de Despesa por Naturezas - Ano 2009

Polís Litoral Ria Formosa

(valores com IVA em Euros)

Naturezas		Ano de 2009				Global da Intervenção				Nota Justificativa
		Orçamento (Aprov. AG de 24-07-2009)	Realizado / Facturado	Desvio = (c)-(d)		Orçamento (Aprov. AG de 24-07-2009)	Realizado / Facturado (até 31/Dez/2009)	A realizar = (e)-(f)		
				(c)	(d)			Valor	%	
02	CONSUMOS	12,929.44	9,092.17	3,837.27	29.68%	51,816.46	9,190.87	42,625.59	82.26%	
03	LIMPEZAS / REPARAÇÕES	5,647.32	4,742.40	904.92	16.02%	25,977.66	4,742.40	21,235.26	81.74%	
04	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	36,925.89	44,856.32	-7,930.43	-21.48%	102,985.62	44,995.02	57,990.60	56.31%	
05	DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	33,281.62	32,717.70	563.92	1.69%	140,439.67	45,245.19	95,194.48	67.78%	
10	REMUNERAÇÕES PESSOAL	108,879.00	127,837.99	-18,958.99	-17.41%	470,102.84	142,826.81	327,276.23	69.82%	
11	REMUNERAÇÃO ÓRGÃOS SOCIAIS	46,050.00	41,850.00	4,200.00	9.12%	205,750.00	66,700.00	139,050.00	67.58%	
12	REMUNERAÇÃO SERVIÇOS EXTERNOS	69,240.00	36,360.00	32,880.00	47.49%	297,000.00	41,400.00	255,600.00	86.06%	
13	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	2,500.00	357.65	2,142.35	85.69%	10,275.86	633.51	9,642.35	93.83%	
18	CUSTOS FINANCEIROS	276,200.00	0.00	276,200.00	100.00%	1,430,979.41	0.00	1,430,979.41	100.00%	
19	HONORÁRIOS E SERVIÇOS	624,000.00	624,000.00	0.00	0.00%	3,484,800.00	1,300,800.00	2,184,000.00	82.87%	
36	ESTUDOS E PLANOS	1,014,952.57	487,593.29	527,359.28	51.96%	4,388,236.95	745,866.59	3,642,570.36	83.01%	
45	ELABORAÇÃO DE PROJECTOS	1,132,855.32	254,450.82	878,404.50	77.54%	4,576,306.94	254,450.82	4,321,856.12	94.44%	
49	DESPESAS RELACIONADAS COM EMPREITADAS	0.00	5,933.90	-5,933.90	100.00%	147.00	6,080.90	-5,933.90	-4038.67%	
50	EMPREITADAS	3,962,544.99	1,049,518.41	2,913,026.58	73.51%	68,298,303.82	2,142,759.41	66,155,544.41	96.86%	
51	FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	222,634.15	136,362.60	86,271.55	38.75%	2,132,185.12	166,155.00	1,966,030.12	92.21%	
99	DESPESAS NÃO ESPECIFICADAS	0.00	0.00	0.00	0.00%	3,150,000.00	0.00	3,150,000.00	100.00%	
Total:		7,548,640.30	2,855,673.25	4,692,967.05	62.17%	88,785,307.38	4,971,646.32	83,793,661.03	94.40%	

Mapa de Controlo de Despesa por Centros de Custo - Ano 2009

Polis Litoral Ria Formosa

(valores com IVA em Euros)

Centros de Custo		Ano de 2009				Global da Intervenção			
		Orçamento (Aprov. AG de 24-07-2009)	Realizado / Facturado	Desvio = (c)-(d)		Orçamento (Aprov. AG de 24-07-2009)	Realizado / Facturado (até 31/Dez/2009)	A realizar = (e)-(f)	
		(c)	(d)	Valor	%	(e)	(f)	Valor	%
RF010000	Custos de Estrutura e de Gestão de Intervenção	1,215,853.27	921,814.23	293,839.04	24.17%	6,220,127.52	1,656,533.60	4,563,593.92	73.37%
RF020000	Estudos de Base da Intervenção	0.00	4,092.00	-4,092.00	100.00%	249,788.00	253,878.00	-4,092.00	-1.64%
RF110000	P1 - Reestruturação e Requalificação das Ilhas e Esp. Terrestres Contíguos	1,117,721.22	393,881.96	723,839.26	64.76%	14,589,149.99	394,321.12	14,194,828.87	97.30%
RF120000	P2 - Renaturalização, Alimentação Artificial de Praias, Transp. de Barras, Recup. Dunar e Lagunar	3,084,845.51	1,061,752.92	2,022,892.59	65.58%	35,531,625.00	1,190,049.53	34,341,775.47	96.65%
RF130000	P3 - Recuperação da Rede Hidrográfica Adjacente ao Sistema Lagunar	76,991.16	0.00	76,991.16	100.00%	2,000,000.01	0.00	2,000,000.01	100.00%
RF140000	P4 - Plano de Mobilidade e Ordenamento da Circulação	120,000.00	0.00	120,000.00	100.00%	350,000.00	0.00	350,000.00	100.00%
RF150000	P5 - Criação, Requalificação e Valorização das Infraestruturas de Acostagem e Áreas Adjacentes	119,200.00	33,121.94	86,078.06	72.21%	7,218,000.00	33,121.94	7,182,878.06	98.54%
RF160000	P6 - Plano de Valorização e Gestão Sustentável das Actividades Económicas	59,093.60	0.00	59,093.60	100.00%	250,000.00	0.00	250,000.00	100.00%
RF170000	P7 - Infraestruturas de Apoio ao Uso Balnear	105,228.75	905.68	104,323.07	99.14%	7,203,326.26	905.68	7,202,422.58	99.99%
RF180000	P8 - Requalificação de Espaços Ribeirinhos - Parques Públicos e Percursos Pedonais	1,509,749.06	328,869.52	1,182,879.56	78.35%	12,743,962.10	327,439.02	12,416,523.08	97.43%
RF190000	P9 - Plano de Marketing Territorial	63,257.58	0.00	63,257.58	100.00%	434,090.92	0.00	434,090.92	100.00%
RF200000	P10 - Plano de Comunicação e Divulgação	74,462.96	113,235.00	-38,772.04	-52.07%	477,037.54	120,994.80	356,042.74	74.64%
RF210000	P11 - Definição de Trilhos e Percursos de Descoberta de Valores Ambientais e Patrimoniais da Ria	2,637.17	0.00	2,637.17	100.00%	250,000.01	0.00	250,000.01	100.00%
RF220000	P12 - Instalação de Centros de Divulgação dos Valores Naturais e Patrimoniais da Ria	0.00	0.00	0.00	0.00%	1,250,000.00	994,402.83	255,597.17	20.45%
Total:		7,548,840.30	2,856,673.25	4,692,167.05	62.17%	88,765,307.38	4,971,646.32	83,793,661.03	94.40%

Relativamente ao previsto no Plano de Actividades e Orçamento para 2009, o desvio verificado prende-se fundamentalmente com o atraso na realização de algumas actividades ao nível de estudos, projectos e empreitadas, bem como ao diferimento dos prazos de pagamento.

Destaca-se, neste contexto, o atraso financeiro da empreitada de Requalificação Paisagística da Marginal de Cabanas, bem como o atraso na realização de algumas acções incluídas em P1 – Reestruturação e Requalificação das Ilhas-Barreira e espaços terrestres contíguos, P2 - Renaturalização, Alimentação Artificial de Praias, Transposição de Barras, Recuperação Dunar e Lagunar e P8 - Requalificação de espaços ribeirinhos com criação de parques públicos e percursos pedonais.

3.2. Financiamento Recebido

A cobertura financeira da despesa foi efectuada com base na receita realizada (em 2008 e em 2009) como a seguir se indica:

- ✓ De capital social do accionista Estado (realizado integralmente no ano de 2008), no montante de 14,175 milhões de Euros;
- ✓ De capital social realizado pelos accionistas Câmara Municipal de Tavira e Câmara Municipal de Loulé realizadas em 2008, da CM Tavira (uma tranche) no montante de 405 mil Euros, e em 2009 pela CM de Loulé no montante de 270 mil Euros (duas tranches);
- ✓ Do financiamento comunitário à intervenção foi recebido, durante o ano, cerca de 1.604,8 mil Euros, sendo na sua globalidade do POA - Programa Operacional do Ambiente;

- ✓ Do financiamento da parcela de 500.000€ do IPTM a título de adiantamento à Empreitada dos Cais, no âmbito do aditamento ao protocolo para o Estabelecimento das Bases de Cooperação Técnica e Financeira;
- ✓ Da parcela de 57.180,68€ da Câmara Municipal de Tavira a título de financiamento adicional à Empreitada de Cabanas, no âmbito do protocolo de Comparticipação Financeira celebrado entre a Sociedade Polis e aquela Câmara.

O financiamento global recebido pela sociedade até ao final do ano de 2009, conforme se pode observar no quadro seguinte, atingiu os 17.231,8 mil Euros, incluindo neste valor cerca de 219,3 mil Euros referentes a Juros recebidos e a receitas da venda de cópias dos cadernos de encargos.

Mapa Síntese de Financiamento (valores em Euros)

Polis Ria Formosa

Descrição das Fontes de Financiamento	Ano de 2009				Global da Intervenção			
	Orçamento (Aprov. AG de 24-07-2009)	Realizado	Desvio = (A)-(B)		Orçamento (Aprov. AG de 24-07-2009)	Realizado (até 31/Dez/2009)	A realizar = (C)-(D)	
	(A)	(B)	Valor	%	(C)	(D)	Valor	%
Comunitário	2.440.177,91	1.604.820,89	835.357,02	34.23%	42.309.568,04	1.604.820,89	40.704.747,15	96,21%
POTVT - Programa Operacional Temático de Valorização	759.780,67	0,00	759.780,67	100,00%	32.257.848,94	0,00	32.257.848,94	100,00%
POR Algarve	103.373,33	0,00	103.373,33	100,00%	8.262.375,21	0,00	8.262.375,21	100,00%
POP - Programa Operacional das Pescas	0,00	0,00	0,00	0,00%	212.500,00	0,00	212.500,00	100,00%
POA - Programa Ambiente	1.577.043,91	1.604.820,89	-27.776,98	-1,78%	1.577.043,90	1.604.820,89	-27.776,99	-1,78%
Nacional	5.589.250,35	827.180,68	4.762.069,67	85,20%	46.469.489,84	15.407.180,68	31.024.800,16	66,76%
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00%	14.175.000,00	14.175.000,00	0,00	0,00%
CÁMARAS MUNICIPAIS	5.089.250,35	327.180,68	4.762.069,67	93,57%	9.905.255,35	732.180,68	9.173.074,67	92,51%
Faro (CS)	1.890.000,00	0,00	1.890.000,00	100,00%	3.150.000,00	0,00	5.262.941,67	167,08%
Olhão (CS)	1.485.000,00	0,00	1.485.000,00	100,00%	2.475.000,00	0,00	2.475.000,00	100,00%
Tavira (CS + Financiamento adicional)(*)	1.309.250,35	57.180,68	1.252.069,67	95,63%	3.250.122,35	462.180,68	2.787.941,67	85,78%
Loulé (CS)	405.000,00	270.000,00	135.000,00	33,33%	675.000,00	270.000,00	405.000,00	60,00%
Vila Real de Santo António (Só Financiamento adicional)	0,00	0,00	0,00	0,00%	355.133,00	0,00	355.133,00	100,00%
MOPTC (incluindo Concessionários)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00%	3.891.750,00	500.000,00	3.391.750,00	87,15%
MADRP	0,00	0,00	0,00	0,00%	37.500,00	0,00	37.500,00	100,00%
PIT (MEI / Instituto de Turismo)	0,00	0,00	0,00	0,00%	9.502.831,23	0,00	9.502.831,23	100,00%
INHRU + Privados a Realoiar + Câmaras Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00%	3.150.000,00	0,00	3.150.000,00	100,00%
Privados	0,00	0,00	0,00	0,00%	5.807.344,26	0,00	5.807.344,26	100,00%
Outras Receitas	0,00	219.310,10	-219.310,10	100,00%	0,00	219.310,10	-219.310,10	100,00%
Juros Credores	0,00	208.417,71	-208.417,71	100,00%	0,00	208.417,71	-208.417,71	100,00%
Outras Receitas (Cópias de Processos de Concurso)	0,00	10.892,39	-10.892,39	100,00%	0,00	10.892,39	-10.892,39	100,00%
TOTAL	8.029.428,26	2.631.311,67	5.378.116,59	68,98%	88.779.048,84	17.231.311,67	71.510.237,21	80,55%

3.3. Ponto de situação das Candidaturas a Financiamento Comunitário

Nos quadros seguintes é feito o ponto de situação de cada uma das candidaturas a financiamento comunitário, incluindo as candidaturas apresentadas e ainda não aprovadas, sendo, em termos globais o ponto de situação como se segue:

	(Valores em Euros)
<u>Financiamento Aprovado</u>	2.977.610,02
<u>Financiamento a aguardar aprovação</u>	1.578.795,40
<u>Pedidos de Pagamento Apresentados</u>	1.667.485,65
<u>Recebimentos</u>	1.604.820,89
<u>Financiamento em Dívida</u>	0,00
<u>Financiamento Não Elegível</u>	62.664,76

99
54
9

Polis Ria Formosa- Ponto de Situação do Financiamento Comunitário a

31-12-2009

Do POA

CANDIDATURA nº 1.3/00034 - "Plano Estratégico da Ria Formosa",

1. Financiamento aprovado em 04 de Dezembro de 2008

178,200.00 Fechada

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

75%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
1	30-Dez-08	178,200.00	25/09	10-Fev-09	160,380.00	0.00	
			57/09	24-Mar-09	17,820.00		
TOTAL		178,200.00			178,200.00	0.00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

100.00%

5. Enviado Relatório Final em 30-12-08

6. Encerramento da candidatura em Março de 2009

CANDIDATURA nº 1.1/00071 - "Conservação e valorização do património natural da Ria Formosa",

1. Financiamento aprovado em 30 de Junho de 2009 (Reprogramação)

1,409,903.40 Fechada

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

75%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)	Nº Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
1	01-Abr-09	841,958.18	81/09	30-Abr-09	734,002.20	0.00	
			91/09	05-Mai-09	107,955.98		
2	07-Mai-09	564,809.98	111/09	19-Jun-09	401,556.59	0.00	62,664.76
			159/09	06-Out-09	68,951.73		
			160/09	06-Out-09	31,436.90		
3	15-Jul-09	65,556.66	161/09	06-Out-09	65,556.66	0.00	
TOTAL		1,472,124.82			1,409,460.06	0.00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

99.97%

5. Enviado Novo Relatório Final em 14-07-09

6. Encerramento da candidatura em

CANDIDATURA n° 1.3/00038 -"Video sobre a Ria Formosa"

1.Financiamento aprovado em Maio de 2009

17,160.83 Fechada

2.Taxa de Financiamento da Candidatura

75%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	N° Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
1	07-Mai-09	17,160.83	135/09	28-Jul-09	12,764.25	0.00	
			138/09	25-Ago-09	2,978.33		
			139/09	25-Ago-09	1,418.25		
TOTAL		17,160.83			17,160.83	0.00	

4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)

100.00%

5.Enviado Relatório Final em 07-05-09

6.Encerramento da candidatura em Agosto de 2009

Do POVT**CANDIDATURA n° POVT-03-0133-FCOES-000020 -"Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Projectos e Planos de Intervenção e Requalificação"**

1.Financiamento Aprovado em 30 de Abril de 2009 e Preprogramado em Dezembro de 2009

1,372,345.80

2.Taxa de Financiamento da Candidatura

70%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Recebidos			Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
N°	Data	Valor (€)	N° Ordem de Pagamento	Data	Valor (€)		
						0.00	
TOTAL		0.00			0.00	0.00	

4.Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin.Aprovado)

0.00%

5.Enviado Relatório Final em

6.Encerramento da candidatura em ...

CANDIDATURA nº POVT-99-9999-FCOES-000659 - "Medidas Correctivas da Erosão e Defesa Costeira na Ria Formosa - Estudos e Projectos de Execução"

1. Financiamento Proposto em Agosto de 2009

1,159,064.20

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

70%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Nº Ordem de Pagamento	Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)		Data	Valor (€)		
						0.00	
TOTAL		0.00			0.00	0.00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

0.00%

5. Enviado Relatório Final em

6. Encerramento da candidatura em ...

Do PROMAR**CANDIDATURA nº "Estudos de valorização das actividades ligadas aos recursos da Ria Formosa"**

1. Financiamento Proposto em Novembro de 2009

419,731.20

2. Taxa de Financiamento da Candidatura

90%

3 Pedidos de Pagamento

Pedidos			Nº Ordem de Pagamento	Recebidos		Valor em dívida por Pedido de Pagamento	Não Elegível e Observações
Nº	Data	Valor (€)		Data	Valor (€)		
						0.00	
TOTAL		0.00			0.00	0.00	

4. Taxa de Execução da Candidatura (Fin. Pedido/Fin. Aprovado)

0.00%

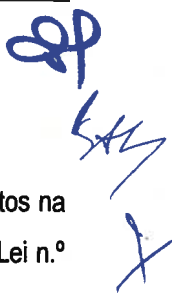
5. Enviado Relatório Final em

6. Encerramento da candidatura em ...

SP
Sly
I

4.

Proposta de Aplicação de Resultados



4. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais e para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 1 do art.º 10º dos Estatutos da Sociedade *Polis Litoral Ria Formosa*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 92/2008, de 3 de Junho, o Conselho de Administração:

Considerando:

- A natureza não lucrativa da Sociedade;
- O seu objecto social especificamente relacionado com o desenvolvimento do Polis Litoral Ria Formosa;
- A sua constituição por tempo determinado, encontrando-se fixada nos respectivos estatutos a data da sua extinção;
- As recomendações da Comissão de Normalização Contabilística e dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade;

Deliberou:

- Adoptar em 2010, à semelhança do que foi deliberado e realizado em 2009, critérios de contabilização que conduzirão a um resultado líquido do exercício nulo, por ajustamento para a rubrica de trabalhos para a própria empresa relativos a imobilizações em curso, os valores para rateio, devendo o apuramento final ser efectuado aquando da conclusão dos vários projectos.
- Relativamente ao exercício de 2008, visto que não tinha sido adoptado inicialmente o critério do lucro nulo, regularizar esta situação no decorrer de 2010, de forma a que as demonstrações financeiras sejam apresentadas com base nos mesmos critérios, para análises comparativas futuras.

OP
SK
/

5.

Princípios de Bom Governo

5. Princípios de Bom Governo

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, abreviadamente designada por Polis Litoral Ria Formosa tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respectivo Plano Estratégico.

5.1. Estrutura Accionista

O Capital Social da Polis Litoral Ria Formosa, Sociedade de capitais exclusivamente públicos é de 22.500.000 €, subscrito pelos seus Accionistas, o Estado Português e os Municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, detendo cada um dos accionistas, 63%, 14%, 11%, 9% e 3 % do Capital Social, respectivamente.

5.2. Missão

A Missão da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A. é levar a cabo um conjunto de iniciativas e operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral sul, assim como a valorização e requalificação da orla costeira, na área da Ria Formosa.

5.3. Objectivos e seu cumprimento

Os objectivos da Polis Litoral Ria Formosa prendem-se com a realização de projectos e acções que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui acções de protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção do risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de um gestão sustentável, a valorização de actividades tradicionais ligadas aos recursos da Ria Formosa, a requalificação e revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na Ria, a valorização dos «espaços Ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

A Polis Litoral Ria Formosa prossegue as suas actividades em torno dos seguintes eixos estratégicos:

- Preservar o património natural e paisagístico, através da protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco e da promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável;
- Qualificar a *interface* ribeirinha, através da requalificação e revitalização das frentes de Ria, da valorização de núcleos piscatórios e do ordenamento e qualificação da mobilidade;

- Valorizar os recursos como factor de competitividade, através da valorização das actividades económicas ligadas aos recursos da Ria, da valorização dos «espaços Ria» para fruição pública e da promoção da Ria suportada no seu património ambiental e cultural.

5.4. Modelo de Governo e Identificação dos Órgãos Sociais

O modelo de governo adoptado pela Polis Litoral Ria Formosa é o modelo clássico, composto pelo Conselho de Administração, Assembleia Geral e Fiscal Único, constituindo estes os seus órgãos sociais de acordo com o previsto nos estatutos da Sociedade anexos ao Decreto-Lei da sua constituição. Os actuais órgãos sociais foram eleitos para o triénio 2008-2010.

A Sociedade integra um Conselho Consultivo, com funções meramente consultivas.

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: João Pinto Guerreiro

Secretário: José Norberto Correia Apolónia

A Assembleia Geral, para além dos poderes que tem por força da lei, funciona de acordo com o previsto nos Estatutos, sendo formada pelos accionistas da Sociedade.

O Conselho de Administração é constituído por 3 membros, um presidente e dois vogais, designados em Assembleia Geral, que elege também o presidente do Conselho de Administração. Ao Conselho de Administração compete a gestão da actividade da Sociedade nos termos do previsto nos seus Estatutos.

Conselho de Administração:

Presidente: Maria Valentina Filipe Coelho Calixto

Vogal (1): João Manuel da Silva Alves

Vogal (2): José Apolinário Nunes Portada (*)

Vogal (3): Francisco José Fernandes Leal

(*) Apresentou a renúncia em 24 de Julho de 2009

A fiscalização é exercida pelo Fiscal Único, Revisor Oficial da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, com poderes de vigilância, fiscalização e verificação legalmente previstos.

Fiscal Único:

Efectivo: DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representado por Rosalba M. Cocco Mercante Ferro

Suplente: Manuel Lázaro Oliveira Brito

Handwritten signature and initials in blue ink.


Conselho Consultivo:

O Conselho Consultivo é composto por um representante de cada uma das seguintes entidades:

ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, I.P. (que preside);

ARH - Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P.;

INAG - Instituto da Água, I.P.;

TP - Turismo de Portugal, I.P.;

INRB – Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I.P.;

IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.;

CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve;

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;

Município de Vila Real de Santo António;

Águas do Algarve, S.A.

5.5. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração e da Assembleia Geral são não-remunerados. Refere-se contudo que a título de senhas de presença em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral auferiram:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		SENHAS DE PRESENÇA
Maria Valentina Filipe Coelho Calixto	Presidente	12.000,00 €
João Manuel da Silva Alves	Vogal (1)	9.000,00€
José Apolinário Nunes Portada	Vogal (2)	2.200,00€
Francisco José Fernandes Leal	Vogal (3)	3.800,00 €

ASSEMBLEIA-GERAL		SENHAS DE PRESENÇA
João Pinto Guerreiro	Presidente	900,00 €
José Norberto Correia Apolónia	Secretário	750,00 €

Relativamente aos órgãos fiscais os valores auferidos em 2009 foram os seguintes:

FISCAL ÚNICO	REMUNERAÇÃO ANUAL	OUTRAS REGALIAS E COMPENSAÇÕES SUBSÍDIOS DE DESLOCAÇÃO
DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	13.200,00 €	0,00 €

Para além dos Órgão Sociais nomeados pelos accionistas, a Polis Litoral Ria Formosa conta no seu quadro de pessoal com cinco funcionários, sendo que um deles desempenha as funções de apoio administrativo a esses Órgãos Sociais e, em particular, ao Conselho de Administração, um Técnico de Marketing & Comunicação, um Assessor de Imprensa e dois Técnicos de Levantamentos e Contactos Sociais.

5.6. Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita

O funcionamento da Polis Litoral Ria Formosa é regulado por um conjunto de procedimentos administrativos, que normalizam e sistematizam as suas actividades mais significativas e correntes.

A actividade da Polis Litoral Ria Formosa é assegurada no quadro do Contrato de Prestação de Serviços celebrado com a Parque Expo, através dos serviços prestados por esta Sociedade, os quais não se limitam às actividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de projecto, envolvendo também as competências que são necessárias para assegurar a prossecução do objecto social da Polis Litoral Ria Formosa e a prestação de apoio aos seus Órgão Sociais.

5.7. Informação sobre transacções relevantes com entidades relacionadas

Nada a referir.

5.8. Outras transacções

As transacções efectuadas cumpriram o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro e constam, como exigido pelas normativas de contratação da Base de Contratos do Estado.

Em 2009 não foram realizadas transacções fora das condições de mercado.

Não houve fornecedores que tivessem representado 5% do total de Fornecimentos e Serviços Externos com valor seja superior a um milhão de euros.

SP
H
/

5.9. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

5.9.1. Estratégias adoptadas

Reconhecendo a importância estratégica da zona costeira e considerando que as intervenções no litoral devem prosseguir objectivos concretos de modernidade e inovação, no respeito pelas suas tradições, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho, determinou a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

No seguimento deste diploma, o Decreto-Lei n.º 92/2008, de 03 de Junho, constitui a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, S.A., sociedade de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e participações minoritárias dos municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé, sendo esta uma das primeiras operações integradas de requalificação e valorização da orla costeira a entrar em fase de concretização.

A Ria Formosa, por estar inserida num dos principais destinos turísticos nacionais, por possuir uma enorme riqueza marinha, suporte de significativa actividade económica e por se constituir como um espaço natural único de elevada vulnerabilidade, devido às suas características lagunares, regista enormes fragilidades e constitui um dos troços da linha de costa nacional em que a necessidade de compatibilizar diferentes expectativas e potencialidades assume maior relevância.

As características físicas, ecológicas, urbanas e sociais presentes na Ria Formosa, que marcam e diferenciam este território do contexto do litoral do sotavento algarvio, bem como as orientações e medidas de política nacional, regional e sectorial, a estratégia a prosseguir assenta na afirmação da Ria Formosa como *uma zona costeira singular – referencial de sustentabilidade*, através do reconhecimento da sua excelência ambiental e territorial, reflexo de uma gestão sustentável dos recursos, valores naturais e paisagísticos, dos usos e das actividades que aí se desenvolvem.

Para garantir o sucesso da visão estratégica definida afigura-se fundamental a aposta em três grandes dimensões:

- > A primeira, que agrega os projectos que visam garantir a preservação do sistema lagunar e a minimização de situações de risco de pessoas e bens, bem como a reabilitação e renaturalização das áreas degradadas fundamentais, para o equilíbrio biofísico da Ria Formosa — *zona costeira preservada*.
- > A segunda, que agrega as intervenções de qualificação do território, centrada na criação e melhoria das condições de base que permitam a vivência da Ria e das cidades que a envolvem — *zona costeira vivida*.
- > A terceira e última, que agrega um conjunto de projectos que permitam valorizar e potenciar os recursos da Ria como factor de competitividade — *zona costeira de recursos*, garantindo uma posição de destaque da Ria Formosa no contexto da região em que se insere.

A cada um dos objectivos definidos foram associados Eixos Estratégicos, identificados na matriz de enquadramento, os quais agrupam Linhas de Intervenção que tipificam as acções/projectos nelas incluídas.

A definição destas Linhas de Intervenção teve por base um exercício de análise da natureza de acções/projectos a considerar, quer para a prossecução dos objectivos de cada um dos Eixos Estratégicos, quer para cumprimento das linhas programáticas e objectivos estratégicos definidos no PNPT para a região do Algarve, e assumidos no seu respectivo plano regional.

Eixo 1 | Preservar o Património Natural e Paisagístico

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objectivos estratégicos definidos para o Algarve de *"Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável"*

- > Protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco;
- > Promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável.

Eixo 2 | Qualificar a Interface Ribeirinha

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objectivos estratégicos definidos para o Algarve de *"Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo"*.

- > Requalificação e revitalização das frentes de Ria;
- > Valorização de núcleos piscatórios;
- > Ordenamento e qualificação da mobilidade.

Eixo 3 | Valorizar os Recursos como Factor de Competitividade

Linhas de Intervenção | prosseguem a linha programática e os objectivos estratégicos definidos para o Algarve de *"Robustecer e qualificar a economia"* e *"Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer"*.

- > Valorização de actividades económicas ligadas aos recursos da Ria;
- > Valorização dos "espaços-ria" para fruição pública;
- > Promoção da Ria Formosa suportada no património ambiental e cultural.

5.9.2. Grau de cumprimento das metas fixadas

No ano de 2009 as acções realizadas resumiram-se fundamentalmente a actividades relacionadas com o funcionamento orgânico da Sociedade, nomeadamente estrutura (instalações e funcionamento administrativo), gestão (contrato de prestação de serviços), estudos de base (Plano Estratégico e respectiva Avaliação Ambiental Estratégica) e actividades directamente relacionadas com a elaboração de Planos, Estudos e Projectos.

5.9.3. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A actuação da Polis Litoral Ria Formosa assenta sobre um património de saber que começa pela própria cultura da Empresa e pelo domínio dos princípios de sustentabilidade social, económica e ambiental que promove o desenvolvimento de acções estratégicas orientadas para a competitividade, a justiça social, a gestão de recursos finitos e o combate às assimetrias regionais.

5.9.4. Identificação dos principais riscos para a actividade e para o futuro da empresa:

Os principais problemas actualmente identificados pela Polis Litoral Ria Formosa são:

- i) Financiamento de expropriações e realojamentos;
- ii) Financiamentos/candidaturas - A obrigatoriedade de submissão de candidaturas de projectos com o concurso público para as empreitadas lançada, obriga a acautelar a garantia do financiamento previsto pelos programas QREN.

5.9.5. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

- Responsabilidade Social

- **Garantia de promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação**

A Polis Litoral Ria Formosa promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não-discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

- **Gestão adequada do capital humano da empresa, com promoção da valorização individual dos recursos humanos, instituição de sistemas que garantam o bem-estar e premeiem o mérito dos colaboradores**

A Polis Litoral Ria Formosa aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus Colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

A Polis Litoral Ria Formosa atenderá, em particular, às necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas formas, bem como às pessoas com risco agravado de saúde.

- **Adopção de práticas ambientalmente correctas**

Um factor preponderante da estratégia da intervenção nesta matéria é a componente do marketing territorial que tem por objectivo informar e sensibilizar a população local para o âmbito da intervenção Polis Litoral Ria Formosa.

Pretende-se dar a conhecer as alterações a realizar bem como desafiar os cidadãos para uma reflexão conjunta e alargada sobre as várias disciplinas da envolvente ambiental.

As acções de comunicação visam manter a população actualizada no que diz respeito ao desenvolvimento das acções Polis Litoral Ria Formosa, seus projectos e obras, principalmente no decurso da sua implementação, promovendo acções diversas que provoquem o gradual estreitar de relações entre a população e as mutações da área intervencionada até à concretização dos objectivos finais da intervenção.

Os projectos de requalificação e valorização ambiental a implementar pela Polis Litoral Ria Formosa assentam fundamentalmente na promoção da qualidade de vida das populações, da competitividade e atractividade do Território, como orientações estratégicas para as suas intervenções.

Durante o ano de 2009, esta sociedade, implementou as seguintes medidas:

- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos para aquisição de Projectos, dando assim prosseguimento aos objectivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de normas/requisitos ambientais claros em todas as contratações de Projectos, sob a forma de um documento denominado Orientações Ambientais para Projectos de Concepção de Edifícios e de Espaços Públicos, que tem por objectivo fornecer orientações metodológicas específicas para o desenvolvimento dos projectos a conceber no âmbito da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, com vista à integração harmoniosa de diversas vertentes ambientais;
- > Inclusão de critérios ambientais em todos os procedimentos contratuais estabelecidos, para aquisição de Empreitadas, dando assim prosseguimento aos objectivos gerais da RCM 65/2007;
- > Inclusão de Plano de Gestão Ambiental e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição em todas as contratações de Empreitadas, assegurando assim a prestação do serviço com a minimização dos impactes ambientais associados. Visa ainda cumprir com o estipulado na RCM 65/2007, no que se refere a permitir que na fase de execução dos contratos devam prever-se mecanismos de efectivo controlo por parte das entidades adjudicantes, do cumprimento dos critérios ambientais que foram integrados e valorizados na fase de formação do contrato;



Ao nível do cumprimento das melhores práticas ambientais, foram implementadas as seguintes medidas:

- > Aquisição de lâmpadas eficientes para utilização nas instalações da Sociedade;
- > Aquisição, em regime de aluguer, dos equipamentos de impressão e cópia, o que se traduz numa intenção de minimizar o consumo de matérias-primas;
- > Na aquisição dos serviços de limpeza das instalações, foi tido em conta a possibilidade de o adjudicatário realizar triagem dos resíduos produzidos nas instalações da Sociedade e utilização de materiais não agressivos, do ponto de vista ambiental;
- > Adopção de normas internas de funcionamento com vista à redução dos consumos energéticos e de matérias-primas, de que são claros exemplos a reutilização de papel e a impressão frente e verso.

- Desenvolvimento sustentável

- **Criação de valor para os accionistas (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das actividades, etc.)**

A criação de valor traduz-se na requalificação urbana e ambiental, conferindo à população condições de excelência. Na obra a realizar, a Polis Litoral Ria Formosa terá sempre a máxima cautela com os impactes ambientais causados.

- **Promoção da protecção ambiental**

Procurando reduzir os impactes ambientais provocados pelas actividades que desenvolve, a Polis Litoral Ria Formosa assume como linha de orientação a observância das boas práticas, visando a utilização racional dos recursos naturais, a optimização dos consumos de água e energia, a aplicação de tecnologias menos poluentes e a promoção de destinos finais adequados para os resíduos produzidos. As políticas, procedimentos e práticas ambientais da Polis Litoral Ria Formosa têm em vista a melhoria contínua do desempenho ambiental.

- **Contribuição para a inclusão social (empregabilidade)**

A política de recrutamento da Polis Litoral Ria Formosa baseia-se no princípio da igualdade de oportunidades e na renúncia a todas as formas de discriminação, nomeadamente, em razão do sexo, idade, raça, nacionalidade, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filiações sindicais.

**- Serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade**

A Polis Litoral Ria Formosa dinamiza a sua actividade tendo sempre em vista a satisfação das necessidades públicas, através da concretização de variadíssimas acções, nomeadamente:

- > A reestruturação e consolidação das estruturas de protecção costeira existentes que assegurarão a manutenção equilibrada das zonas costeiras particularmente ameaçadas pelo avanço do mar, garantindo a manutenção dos diferentes usos do Território abrangido, numa óptica sustentável de valorização e prevenção do risco;
- > A manutenção e reposição das condições naturais do ecossistema costeiro que assegurará a estabilidade biofísica do mesmo;
- > O reordenamento e valorização de frentes marítimas com vista à contenção da ocupação em zonas de risco, que nalguns casos passará mesmo pela retirada programada dessas ocupações;
- > A reabilitação e valorização de zonas lagunares degradadas, por forma a evitar riscos de cheia, divulgação e sensibilização do seu valor natural;
- > Acções de valorização ambiental em áreas naturais adjacentes a zonas balneares, criando áreas de lazer, percursos pedonais de interpretação da natureza, com espaços complementares ao turismo sol-mar ;
- > A recuperação do património construído através da sua reabilitação e dinamização;
- > A valorização de espaços balneares, permitindo à sociedade usufruir das praias em toda a sua extensão e aproveitando todas as infra-estruturas criadas;
- > A criação de condições para a promoção de formas ambientalmente sustentáveis de fruição da zona costeira, nomeadamente pela criação de uma rede de circuitos cicláveis e pedonais;
- > Requalificação de frentes ribeirinhas, dando-lhes condições de vivência e usufruto pela população e visitantes, permitindo uma ligação mar-terra de qualidade;
- > Criação de condições para a preservação das tradições e manutenção das actividades económicas de base tradicional ligadas ao sector primária;
- > Aplicação das TIC ao nível da informação e sensibilização ambiental.

Através das acções atrás descritas serão satisfeitas necessidades públicas e o interesse público inerente.

5.9.6. Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via da investigação, da inovação, do desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo

Na fase de concurso e no desenvolvimento dos estudos e projectos optou-se sempre pelas soluções mais adequadas para a sociedade, tendo sempre em vista as boas práticas ambientais, a investigação, a inovação, o desenvolvimento e a integração de novas tecnologias no processo produtivo.

5.9.7. Planos de acção para o futuro

A Polis Litoral Ria Formosa limita a sua actuação pela prossecução do Plano Estratégico da intervenção.

5.10. Sistema de controlo para protecção de investimentos e activos

O facto dos objectivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Actividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia de Accionistas e posteriormente, numa base trimestral, objecto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas. Conforme atrás referido, a gestão da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa está cometida a uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Parque Expo, S.A. Não só são seguidas todas as regras da Contratação Pública na realização de empreitadas, fornecimento de bens e prestação de serviços, como se observam as normas e procedimentos internos da Parque Expo, S.A. em matéria de realização de despesas e delegação de competências. Existe um sistema centralizado de acompanhamento e monitorização da realização de todas as despesas que assegura o seu devido enquadramento contabilístico e financeiro.

Existem sempre riscos adstritos à contratação e, qualquer processo de concurso tem riscos inerentes os quais muitas vezes ultrapassam a triagem do concurso. No entanto, tais riscos tendem a ser debelados pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos bem como pelas regras de controlo da equipa de gestão da Parque Expo, S.A.

5.11. Mecanismos adoptados com vista à protecção de conflitos de interesses

Constitui-se como um mecanismo usual na empresa que os membros do Conselho de Administração não possam intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, estando-lhes pois vedado votar sobre assuntos em que tenham, directa ou indirectamente, por conta própria ou por terceiro, um interesse em conflito com a empresa.

Entende-se existir conflito de interesses sempre que, no exercício da sua actividade, os colaboradores sejam chamados a intervir em processos de decisão que envolvam, directa ou indirectamente, organizações com que colaborem ou tenham colaborado, ou pessoas a que estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco, afinidade ou amizade. Quando tal suceda deverá ser comunicada à administração a existência dessas ligações, procurando encontrar-se uma solução que permita assegurar o desempenho imparcial, objectivo e transparente.

5.12. Grau de Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

Em função da sua especificidade, a Polis Litoral Ria Formosa, criada para a realização de um fim específico, não dispõe de características de sujeição a análises de sustentabilidade que não sejam sob a óptica económica.

Relativamente aos Princípios de Bom Governo dirigidos às empresas do sector empresarial do Estado enunciados na RCM n.º 49/2007, de 1 de Fevereiro, estes são na sua generalidade cumpridos directa ou indirectamente, uma vez que a gestão está cometida a uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Parque Expo S.A.

A actividade da Sociedade é tutelada por um plano plurianual, devidamente aprovado pelos seus accionistas, corrigido anualmente face aos desvios da concretização das acções que constituem a intervenção.

5.13. Apresentação do Código de Ética

O Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa aprovado pelo Conselho de Administração visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que actuam em nome da empresa em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar.

As regras constantes no Código de Ética e de Conduta da Polis Litoral Ria Formosa constituem ainda uma referência no que concerne ao padrão de conduta exigível no relacionamento da Sociedade com terceiros.

Handwritten signature and initials in blue ink.

8/1
SA
2

6.

Gestão de Risco Financeiro

6. Gestão de Risco Financeiro

Esta Sociedade foi criada visando implementar na Ria Formosa, em tempo definido no respectivo Plano Estratégico – até 2012 –, um investimento estimado na ordem dos 87 milhões de Euros, para o qual foram desde logo em sede de criação da Sociedade previstas as diversas fontes de financiamento.

Assim, entende-se que a matéria de gestão de risco financeiro não é aplicável a esta Sociedade.

Mesmo assim registam-se em alguns dos pontos deste capítulo os aspectos julgados relevantes.

6.1. Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas da respectiva cobertura

O sistema de gestão de riscos existente assenta num conjunto de pressupostos que tem por base:

- A proximidade entre a Sociedade e os seus Accionistas (Estado e Municípios de Faro, Olhão, Tavira e Loulé);
- A estreita articulação entre a gestão e os principais responsáveis pelas áreas funcionais da Sociedade.

6.1.1. Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis

Não aplicável para o ano de 2010, na medida em que a Polis Litoral Ria Formosa não tem previsto recorrer ao financiamento bancário durante esse ano.

6.1.2. Diversificação de entidades credoras

Actualmente a Polis Litoral Ria Formosa não tem entidades credoras de natureza bancária. Os fornecedores, estão maioritariamente relacionados com o fornecimento de bens e serviços, e a sua selecção resulta de processos de contratação que seguem as normas legalmente em vigor.

6.1.3. Contratação criteriosa de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado

O facto dos objectivos estratégicos da Sociedade e correspondente Plano de Actividades e Orçamento serem anualmente submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Accionistas e posteriormente, numa base trimestral, objecto de reporte quanto ao seu grau de execução, impõe na Sociedade uma dinâmica de acompanhamento, controlo e monitorização que permite aferir com regularidade a adequação das medidas tomadas, tendo em vista a realização dos objectivos e orientações superiormente estabelecidas os quais limitam os investimentos futuros à existência de financiamento.

6.2. Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes

A actuação da Polis Litoral Ria Formosa, enquanto empresa instrumental, encontra-se cingida à execução de acções específicas previstas no seu Plano Estratégico mediante a garantia prévia do seu financiamento através de capitais próprios e fundos comunitários.

6.2.1. Consolidação do passivo remunerado através da transformação do passivo, de curto em médio e longo prazo, em circunstâncias de mercado que resultem favoráveis

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária. Da mesma forma, não se encontra exposta a riscos de natureza cambial, na medida em os investimentos são realizados localmente, não existindo por esse motivo aplicações, nem origens de fundos em outra moeda que não seja o Euro.

6.2.2. Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação

A Sociedade não contraiu, desde a sua constituição, qualquer passivo de natureza bancária.

6.2.3. Minimização da prestação de garantias reais

Visto o recurso ao financiamento bancário ser nulo, não existe por esta via a prestação de garantias reais.

6.2.4. Minimizações de cláusulas restritivas (covenants)

Não aplicável.

6.3. Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa

6.3.1. Adopção de política tendente à minimização da afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos anuais e plurianuais

Não aplicável.

6.3.2. Opção privilegiada pelos investimentos que, tendo comprovada rentabilidade social e/ou empresarial, beneficiam de co-financiamento comunitário e de recursos próprios, sem prejuízo dos subsídios ao investimento atribuídos pelo Estado e das dotações de capital aprovadas para o efeito

Estando a Sociedade a desenvolver uma actividade vocacionada exclusivamente para a requalificação e valorização da Ria Formosa, como um instrumento de política pública que visa um aumento da satisfação e qualidade das condições de vida das comunidades locais e regionais, os investimentos realizados até ao momento tiveram sempre presentes por um lado a garantia de existência de capitais próprios disponíveis, e por outro lado o recurso a financiamentos de natureza comunitária, no quadro do plano de financiamento definido em sede de criação da Sociedade.

6.3.3. Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento

Atendendo à natureza da actividade desenvolvida, a qual está subordinada à proposta do Plano Estratégico, a estrutura de financiamento é baseada quase exclusivamente em capitais próprios e financiamento comunitários.

6.4. Inclusão nos Relatórios e Contas

6.4.1. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento, incluindo juros efectivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos

Conforme referido a sociedade não contraiu desde a sua constituição nenhum empréstimo bancário.

6.4.2. Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro

Atendendo à especificidade da actividade desenvolvida, a reduzida dimensão da estrutura humana e considerada que foi a complexidade da estrutura financeira existente entendeu-se não se justificar a criação e manutenção de um sistema de controlo e gestão de riscos independente, conforme preconizado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de Março de 2007.

6.5. Reflexão nas Demonstrações Financeiras 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de *swap* em carteira

A Polis Litoral Ria Formosa não contratualizou qualquer operação de *swap*.

SA
/ 5/2/2
/ 2

7.

Informação Complementar



7. Informação Complementar

7.1. Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou qualquer adiantamento de remunerações.

Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a Sociedade e os seus administradores, directamente ou por interposta pessoa.

7.2. Outras Obrigações Legais

A Polis Litoral Ria Formosa tem a sua situação Fiscal e a sua situação perante a Segurança Social regularizadas.

7.3. Referências

Ao concluir este Relatório, o Conselho de Administração não pode deixar de exprimir uma mensagem de agradecimento às entidades e pessoas que mais a apoiaram na prossecução dos objectivos estabelecidos, nomeadamente aos restantes Órgãos Sociais nomeados / eleitos.

De forma muito especial, queremos sublinhar e agradecer o interesse e apoio manifestado pelos Senhores Ministros do Ambiente e do Ordenamento do Território, Sr. Professor Doutor Nunes Correia e Sra. Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro e a acção do Gabinete Coordenador do Programa Polis, na pessoa do seu Coordenador, Sr. Eng. José Manuel Reboredo Pinto Leite.

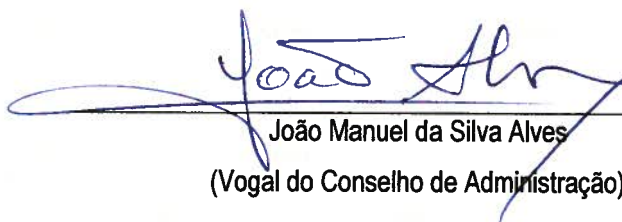
Os Administradores desejam igualmente expressar o seu profundo reconhecimento e agradecimento aos representantes das diversas Câmaras Municipais que, com grande entusiasmo, prestaram uma valiosa colaboração, sem a qual o desenvolvimento da actividade da empresa não teria sido possível, e bem assim a todas as restantes entidades e seus representantes que integram a Assembleia Geral e o Conselho Consultivo e a todos os Prestadores de Serviços e Fornecedoros com os quais a sociedade se relacionou.

Olhão, 10 de Março de 2010


O Conselho de Administração



Maria Valentina Filipe Coelho Calixto
(Presidente do Conselho de Administração)



João Manuel da Silva Alves
(Vogal do Conselho de Administração)



Francisco José Fernandes Leal
(Vogal do Conselho de Administração)

OP
5/2/2

Anexos

Handwritten signature and initials in blue ink.

Anexo 1

Balanço e Contas

BALANÇO ANALÍTICO

Valores em Euros

C	Código das Contas		ATIVO	Dezembro - 2009		Código das Contas		Dezembro - 2008		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
	CEE	POC		ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	ATIVO LIQUIDO	ATIVO LIQUIDO	ATIVO LIQUIDO	POC		Dezembro - 2009	Dezembro - 2008
I			IMOBILIZADO							CAPITAL PRÓPRIO		
I	1	431	Imobilizações Incorpóreas	475,00	211,04	263,96	422,24	422,24	51	Capital	22.500.000,00	22.500.000,00
I	1	432	Despesa de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55	Ajustamentos em partes de Capital em filiais e associadas	0,00	0,00
I	2	433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56	Reservas	0,00	0,00
I	4	446	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57	Reserva de Reavaliação	0,00	0,00
II			Imobilizações Corpóreas	475,00	211,04	263,96	422,24	422,24	59	Reservas Legais	0,00	0,00
I	1	421	Terras e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Outras Reservas	-57.874,18	0,00
I	2	422	Edifícios e Outras Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Resultados Transiados	0,00	0,00
I	2	423	Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88	Resultado Líquido do Exercício	22.442.125,82	22.500.000,00
I	3	424	Equipamento de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total do Capital Próprio	22.442.125,82	22.442.125,82
I	3	425	Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		PASSIVO		
I	3	426	Equipamento Administrativo	27.407,30	2.876,98	24.530,32	138,70	138,70		Provisões	0,00	0,00
I	3	429	Outras Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Outras Provisões	0,00	0,00
I	4	441/6	Imobilizações em Curso	4.603.130,58	0,00	4.603.130,58	0,00	0,00	293/8	Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	0,00	0,00
I	4	448	Adiantamentos por Contas Imobiliz. Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Empréstimos por Obrigações:	0,00	0,00
III			Investimentos Financeiros	4.632.537,89	2.876,98	4.629.660,91	2.057.095,40	2.057.095,40		Não Convertíveis	0,00	0,00
I	1	4111	Partes de Capital em Empresas do Grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Empréstimo Hipotecário	0,00	0,00
I	3	4112	Partes de Capital em Empresas Associadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2322	Dividas a Instituições de Crédito	0,00	0,00
I	5	4113	Títulos e Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221	Fornecedores C/C	14.400,94	693.483,88
D			CIRCULANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Fornecedores - Facturas em recepção e confidência	0,00	0,00
I	3	32	Existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Empresas do Grupo	398.098,50	0,00
I			Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Fornecedores de Imobilizado	36.567,20	2.920,71
II			Dividas de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Credores p/ Subscrição de ações liberadas	44.587,50	40.777,90
I	1	211	Clientes C/C	68.796,82	0,00	68.796,82	0,00	0,00		Outros Credores	493.654,54	737.188,49
I	1	212	Clientes - Títulos a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2322	Empréstimos por Obrigações:	0,00	0,00
I	1	213	Clientes - Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2312	Não Convertíveis	0,00	0,00
I	3	218	Clientes de Conta em Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2311+12	Dividas a Instituições de Crédito	0,00	0,00
I	4	243	Empresas do Grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	269	Adiantamentos por conta de Vendas	0,00	0,00
I	4	253+254	Empresas Participadas e Participantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221	Fornecedores C/C	14.400,94	693.483,88
I	4	259	Adiantamentos a Fornecedores	976,84	0,00	976,84	0,00	0,00	228	Fornecedores - Facturas em recepção e confidência	0,00	0,00
I	4	24	Estado e Outros Entes Públicos	41.738,91	0,00	41.738,91	0,00	0,00	252	Empresas do Grupo	398.098,50	0,00
III			Títulos Negociáveis	7.839.491,56	0,00	7.839.491,56	7.920.703,74	7.920.703,74	265	Fornecedores de Imobilizado	36.567,20	2.920,71
I	3	1513+1523+1539	Outros Títulos Negociáveis	7.951.004,13	0,00	7.951.004,13	0,00	0,00	24	Estado e Outros Entes Públicos	44.587,50	40.777,90
IV			Depósitos Bancários e Caixa	12.643.470,01	0,00	12.643.470,01	13.203.576,34	13.203.576,34		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
I	12+13+14	11	Depósitos Bancários	44,55	0,00	44,55	297,93	297,93	273	Acrescimos de Custos	979,52	2.781,34
I			Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274	Provetos Diferidos	2.294.237,44	0,00
E			ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	12.643.514,56	0,00	12.643.514,56	13.203.874,27	13.203.874,27		Total do Passivo	2.295.216,96	2.781,34
I	271		Acrescimos de Provetos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		Total do Capital Próprio e do Passivo	2.788.871,50	739.969,83
I	272		Custos Diferidos	6.553,76	0,00	6.553,76	0,00	0,00				
I	276		Activos/Passivos Imputo S/Rendimento Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
			Total das Amortizações	6.553,76	0,00	6.553,76	0,00	0,00				
			Total de Ajustamentos	25.234.085,34	3.088,02	25.230.997,32	23.182.095,65	23.182.095,65			25.230.997,32	23.182.095,65

(a) - Em conformidade com o artigo 9º da Directiva da CEE

O Técnico Oficial de Contas nº 2212

O Conselho de Administração

Doutor José Carlos

José Carlos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

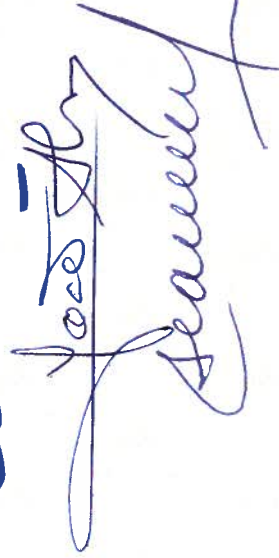
(Valores em Euros)

Código das Contas		CUSTOS E PERDAS		EXERCÍCIOS		Código das Contas CBE	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
CBE (a)	FOC			Dezembro - 2009	Dezembro - 2008			Dezembro - 2009	Dezembro - 2008
A	2.a)	61	Custo de Mercadorias e das matérias Consumidas: Mercadorias Matérias...	0,00	0,00	B	Vendas: Mercadorias: Produtos:	0,00 0,00	0,00 0,00
	2.b)	62	Fornecimentos e Serviços Externos...	92.922,28	21.035,39	1	Prestação de Serviços...	0,00	0,00
3	3.a)	641+642	Custos com o pessoal: Remunerações...	144.781,16	37.003,04	2	Variação da Produção...	47.503,34	2.616,00
3.b)	3.b)	643+644	Encargos sociais e outros custos com o pessoal: Pensões...	0,00	0,00	3	Trabalhos para a própria empresa...	0,00	0,00
		645/8	Outros...	25.126,72	2.835,38	4	Proveitos Suplementares...	0,00	0,00
4.a)	4.a)	662+663	Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo...	3.032,26	52,76	4	Subsídios à exploração...	11.025,00	2.616,00
4.b)	4.b)	666+667	Ajustamentos...	0,00	0,00	4	Outros proveitos e ganhos operacionais...	17,86	0,00
5	5	67	Provisões...	0,00	0,00	4	Reversões de amortizações e ajustamentos...	0,00	2.616,00
5	5	63	Impostos...	219,05	76,71	4	(B).....	58.546,20	2.616,00
5	5	65	Outros Custos e Perdas Operacionais...	0,00	0,00	5	Ganhos em empresas do grupo e associadas...	0,00	0,00
			(A).....	266.087,47	61.003,48	5	Rendimentos de participações de capital...	0,00	0,00
6	632		Perdas em empresas do grupo e associadas...	0,00	0,00	5	Rendimentos de tit. negociáveis e de outras aplic. financeiras...	0,00	0,00
6	683+684	(2)	Amortizações e Ajust. de Aplicações e Invest. Financeiros...	0,00	0,00	6	Outros...	0,00	0,00
7			Juros e Custos similares:	371,51	105,41	7	Outros Juros e proveitos similares...	208.417,71	718,71
			Outros...	0,00	0,00		Relativos a empresas do grupo...	0,00	0,00
			(C).....	266.458,98	61.108,89		Outros...	208.417,71	718,71
10	69		Custos e perdas extraordinários...	57.196,09	100,00	9	Proveitos e ganhos extraordinários...	266.963,91	3.334,71
			(D).....	333.657,07	61.208,89		(D).....	57.180,69	0,00
8+11	86		Imposto sobre o rendimento do exercício...	487,53	0,00		(F).....	334.144,60	3.334,71
			(E).....	334.144,60	61.208,89		Resultado Operacional (D)-(A)...	-207.541,27	-58.387,48
			(G).....	0,00	-57.874,18		Resultado Financeiro (D-B)-(C-A)...	208.046,20	613,30
13	88		Resultado Líquido do exercício...	0,00	-57.874,18		Resultado Correntes (D)-(C)...	504,93	-57.774,18
				334.144,60	3.334,71		Resultado Antes Impostos (D)-(E)...	487,53	-57.874,18
							Resultado Líquido do Exercício (D)-(G)...	0,00	-57.874,18

(a) - Em conformidade com o artigo 9º da Directiva de CBE

O Tesouro Oficial de Contas nº 2312

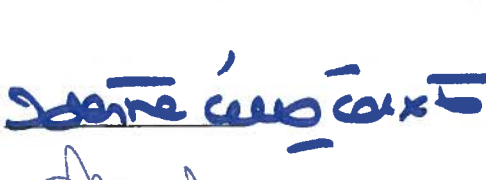

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	Exercício	
	Dez-09	Dez-08
Vendas e prestações de serviços	0.00	0.00
Custo das vendas e das prestações de serviços	0.00	21,035.59
Resultados Brutos	0.00	-21,035.59
Outros proveitos e ganhos operacionais	11,042.86	2,616.00
Custos de distribuição	0.00	0.00
Custos administrativos	266,087.47	39,838.62
Outros custos e perdas operacionais	-47,503.34	129.47
Resultados Operacionais	-207,541.27	-58,387.68
Custo líquido de financiamento	-208,046.20	105.41
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0.00	0.00
Ganhos (perdas) em outros investimentos	0.00	718.71
Resultados não usuais ou não frequentes	0.00	0.00
Resultados Correntes	504.93	-57,774.38
Imposto sobre os resultados correntes	487.53	0.00
Resultados correntes após impostos	17.40	-57,774.38
Resultados Extraordinários	-17.40	100.00
Imposto sobre os resultados extraordinários	0.00	0.00
Resultados líquidos	0.00	-57,674.38
Resultados por ação	0.000	-0.003

A Gerência / Administração

O Técnico Oficial de Contas



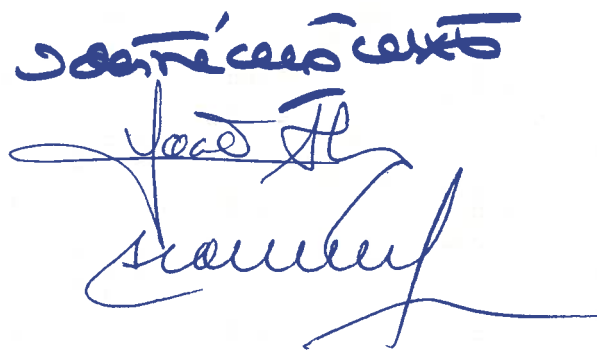
MAPA FLUXOS DE CAIXA

	Dez-09	Dez-08
Actividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	12,870.00 €	3,276.00 €
Pagamentos a Fornecedores	-975,763.06 €	-1,352,324.08 €
Pagamentos ao Pessoal	-150,442.01 €	-26,269.27 €
Pagamentos e Recebimentos Imposto s/Rendimento	-41,557.17 €	-143.74 €
Outros Rec. e Pag. Relativos a Actividade Operacional	2,099,789.33 €	-1,177.94 €
Recebimentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	0.00 €	0.00 €
Pagamentos Relacionados com Rubricas Extraordinárias	0.00 €	-100.00 €
Fluxos das Actividades Operacionais	944,897.09 €	-1,376,739.03 €
Actividades de Investimento		
Recebimentos prov Juros e prov Similares	208,417.71 €	718.71 €
Pagamentos respeitantes a Imob Corpóreo	-1,983,303.00 €	0.00 €
Fluxos das Actividades de Investimento	-1,774,885.29 €	718.71 €
Actividades de Financiamento		
Pag / Rec resp a Juros e Custos similares	-371.51 €	-105.41 €
Pagamentos resp. a red. capital e prestações suplementares	0.00 €	0.00 €
Recebimentos prov aumento capital, prest supl e Prémio emissão	270,000.00 €	14,580,000.00 €
Fluxo das Actividades de Financiamento	269,628.49 €	14,579,894.59 €
Variação de Caixa e Equivalentes	-560,359.71 €	13,203,874.27 €
Efeito das Diferenças de Câmbio	0.00 €	0.00 €
Caixa e Equivalentes no Início do Período	13,203,874.27 €	0.00 €
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	12,643,514.56 €	13,203,874.27 €

O Técnico Oficial de Contas Nº. 2212



O Conselho de Administração



OP
/ 5/4
2

Anexo 2.

**Anexos ao Balanço em 31.12.2009 e à Demonstração de
Resultados para o Exercício Findo naquela Data**

84
/ 543
x

EMPRESA: SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA FORMOSA S.R.V.R.FORMOSA, S.A.

NIF: 508 683 424

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIO: 2009

OP
SLZ
2

NOTA INTRODUTÓRIA:

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no plano oficial de contabilidade (POC). As notas e quadros não aplicáveis não foram preenchidos.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

NOTA 1 – DERROGAÇÕES AO POC

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

Não foi derogada qualquer disposição do POC que afecte a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da empresa.

Salientamos o facto da actividade da empresa ser desenvolvida no período compreendido entre a data da sua constituição e 31 Dezembro de 2012, que como previsto nos seus estatutos, corresponde á data de dissolução da sociedade.

A Sociedade tem por objecto a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no âmbito do Polis Litoral Ria Formosa - Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, na área e nos termos definidos no respectivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das acções estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de actividades turísticas, culturais, de lazer e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

Tem ainda por objecto a realização de projectos e acções que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui acções de protecção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de actividades tradicionais ligadas aos recursos da ria Formosa, a requalificação e a revitalização das frentes ribeirinhas, a valorização dos núcleos piscatórios e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

No âmbito da actividade da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S. A., os proveitos diferidos serão contabilizados por cada programa operacional / eixo, à medida que sejam solicitados os respectivos pedidos de co-financiamento. Assim, face a adopção da política contabilística, foi adoptada a nota sobre os critérios Contabilísticos da Polis emanada pela C. N. Contabilística, adaptando-se o critério de reclassificar os resultados entre os custos e os proveitos de funcionamento por naturezas para Imobilizado no final, e rateados por projecto

de acordo com o critério definido na nota 2 do referido anexo, critério que denominamos de lucro nulo.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Antes apurar. I.Curso	trnsf I.Curso	Final
Custo da Merc.Vendas e Matérias Cons.	0.00	0.00	0.00
Fornecimentos e Serviços Externos	92,925.28	0.00	92,925.28
Custos com o Pessoal	169,907.88	0.00	169,907.88
Amortizações corpóreas	2,876.98	0.00	2,876.98
Amortizações incorpóreas	158.28	0.00	158.28
Provisões	0.00	0.00	0.00
Impostos	219.05	0.00	219.05
Outros Custos Operacionais	0.00	0.00	0.00
(A)	266,087.47	0.00	266,087.47
Custos e Perdas Financeiros	371.51	0.00	371.51
(C)	266,458.98	0.00	266,458.98
Custos e Perdas Extraordinários	57,198.09	0.00	57,198.09
(E)	323,657.07	0.00	323,657.07
Imposto sobre o Rendimento	487.53	0.00	487.53
(G)	324,144.60	0.00	324,144.60
Resultado Líquido do Exercício	-47,503.34	47,503.34	0.00
Vendas de Mercadorias e Produtos	0.00	0.00	0.00
Prestações de Serviços	0.00	0.00	0.00
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	0.00	0.00	0.00
Subsídios a exploração	0.00	0.00	0.00
Proveitos Suplementares	11,025.00	0.00	11,025.00
Trabalhos para a própria Empresa	0.00	47,503.34	47,503.34
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	17.86	0.00	17.86
(B)	11,042.86	47,503.34	58,546.20
Proveitos e Ganhos Financeiros	208,417.71	0.00	208,417.71
(D)	219,460.57	47,503.34	266,963.91
Proveitos e Ganhos Extraordinários	57,180.69	0.00	57,180.69
(F)	276,641.26	47,503.34	324,144.60
RESUMO			
Resultados Operacionais: (B)-(A)	-255,044.61	47,503.34	-207,541.27
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	208,046.20	0.00	208,046.20
Resultados Correntes: (D)-(C)	-46,998.41	47,503.34	504.93
Resultados antes de Impostos: (F)-(E)	-47,015.81	47,503.34	487.53
Resultado Líquido do Exercício: (F)-(G)	-47,503.34	47,503.34	0.00

NOTA 2 – CONTEÚDOS NÃO COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações financeiras não são comparáveis com as do exercício anterior, na parte relativa ao apuramento do resultado do exercício, por não ter sido adoptado em 2008 o critério do lucro nulo.

Assim no exercício de 2010 deverá tal aplicação de resultados de 2008 ser regularizada no Capital Próprio de Sociedade, de forma a corrigir esta situação para análises futuras.

NOTA 3 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

sp
SK
X

a) Especialização dos exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização dos exercícios relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

b) Imobilizações Incorpóreas

As Imobilizações Incorpóreas estão registadas pelo custo de aquisição e incluem:

- Despesas de Constituição;

c) Imobilizações Corpóreas

As Imobilizações Corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e dizem respeito a bens adquiridos para o normal desenvolvimento da actividade da Sociedade, nomeadamente, equipamento administrativo.

d) Imobilizações em Curso

Face à especificidade da actividade da empresa, foram registadas em imobilizações em curso as obras e projectos desenvolvidos pela Sociedade Polis, que aquando da dissolução da sociedade serão atribuídas às entidades beneficiárias. De igual forma as participações recebidas a título de subsídios para essas obras e projectos, serão diferidas até à dissolução da sociedade.

e) Amortizações

As amortizações são calculadas por duodécimos, com base nas taxas máximas constantes no Decreto – Regulamentar 2/90.

f) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações

Os subsídios atribuídos à Sociedade, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações, são registados como Proveitos Diferidos, na rubrica de Acréscimos e diferimentos, a partir do momento da apresentação dos pedidos de pagamento, para os quais a respectiva candidatura se encontre aprovada.

g) Acréscimos e Diferimentos

De acordo com o princípio da especialização dos exercícios, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, sendo registados na demonstração de resultados do período a que respeitam.

A rubrica de Acréscimos e Diferimentos inclui proveitos associados a fundos comunitários, os quais são registados em função dos pedidos de pagamento de candidaturas que já se encontram aprovadas; bem como outros proveitos

associados aos referidos investimentos, na contrapartida dos mesmos com base em protocolos celebrados com as diferentes entidades.

h) Impostos Sobre Lucros

O Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) é calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, sendo reconhecidas contabilisticamente, se relevantes, as situações de diferimento de impostos, em conformidade com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 12 – Imposto sobre Lucros.

Assim, e apesar de não apresentar Resultado Líquido do Exercício, foram calculadas as tributações autónomas, correspondendo o imposto contabilizado, no montante de 487,53 €, à responsabilidade apurada para o exercício.

i) Resultados das operações do exercício

Conforme referido na Nota 1, as demonstrações financeiras não apresentam os resultados das operações do exercício, os quais são reclassificados para Imobilizado, atendendo às características específicas das Sociedades Polis.

Deste modo, os réditos de funcionamento e os gastos de funcionamento são registados no decorrer do exercício de acordo com a sua natureza, nas respectivas contas que concorrem para a Demonstração dos Resultados. No final de cada exercício, o resultado apurado é ajustado para a rubrica de Trabalhos para a Própria Empresa e Imobilizações em Curso, valores para rateio, em subcontas devidamente identificadas, de forma a apurar um Resultado Líquido do Exercício nulo. No final, os valores constantes dessa conta do activo, vão ser rateados pelos vários projectos, de acordo com os critérios estabelecidos e constantes da Nota 1.

NOTA 4 – COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO EM EUROS

Não aplicável.

NOTA 5 – AFECTAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO COM VISTA À OBTENÇÃO DE VANTAGENS FISCAIS

Não aplicável.

NOTA 6 – SITUAÇÕES QUE AFECTEM IMPOSTOS FUTUROS

Não existem situações que afectem de forma significativa os impostos futuros.

NOTA 7 – PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS

RUBRICAS	NUMERO MÉDIO DE PESSOAS	NUMERO DE HORAS TRABALHADAS NO ANO
PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA	4	5600
PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA A TEMPO COMPLETO	4	5600
PESSOAS REMUNERADAS AO SERVIÇO DA EMPRESA (ASSALARIADOS), DAS QUAIS:		
- APREZIZES		
- TRABALHADORES NO DOMICILIO		
PESSOAS REMUNERADAS AO SERVIÇO DA EMPRESA A TEMPO PARCIAL		
PRESTADORES DE SERVIÇOS		
PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA AFECTAS À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO		
PESSOAS AO SERVIÇO COLOCADAS ATRAVÉS DE AGÊNCIAS DE TRABALHOS TEMPORÁRIO		

NOTA 8 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em despesas de instalação encontram-se reflectidas as despesas iniciais de constituição da sociedade. Não existem gastos em despesas de investigação e desenvolvimento.

NOTA 9 – JUSTIFICAÇÃO DA AMORTIZAÇÃO DOS TRESPASSES PARA ALÉM DE CINCO ANOS

Não aplicável.

NOTA 10 – MOVIMENTOS NO ACTIVO IMOBILIZADO, AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

ACTIVO BRUTO:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVAL/ AJUSTAM.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANF. E ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de Instalação	475.00 €		0.00 €			475.00 €
Despesas de Investig./Desenv.	0.00 €					0.00 €
Prop. Industrial o Outros Direitos	0.00 €					0.00 €
Trespases	0.00 €					0.00 €
Imobilizações em Curso	0.00 €					0.00 €
Adiant. p/ conta de Imob. Incorp.	0.00 €					0.00 €
TOTAL	475.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	475.00 €
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Terrenos e Rec. Naturais	0.00 €					0.00 €
Edifícios e Outras Construções	0.00 €					0.00 €
Equipamento Básico	0.00 €					0.00 €
Equipamento de Transporte	0.00 €					0.00 €
Ferramentas e Utensílios	0.00 €					0.00 €
Equipamento Administrativo	138.70 €		27,268.60 €			27,407.30 €
Taras e Vasilhame	0.00 €					0.00 €
Outras Imob. Corpóreas	0.00 €					0.00 €
Imobilizações em Curso	2,056,956.70 €		2,548,173.89 €			4,605,130.59 €
Adiant. p/ conta de Imob. Corp.	0.00 €					0.00 €
TOTAL	2,057,095.40 €	0.00 €	2,575,442.49 €	0.00 €	0.00 €	4,632,537.89 €
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de Capital Empresas Grupo	0.00 €					0.00 €
Emprest. Financ. Emp. Grupo	0.00 €					0.00 €
Equipamento Básico	0.00 €					0.00 €
Partes de Capital Empresas Assoc.	0.00 €					0.00 €
Emprest. Financ. Emp. Assoc.	0.00 €					0.00 €
Titulos e Outras Aplicaç. Financeiras	0.00 €					0.00 €
Outros Empréstimos Concedidos	0.00 €					0.00 €
Imobilizações em Curso	0.00 €					0.00 €
Adiant. p/ conta de Inv. Financ.	0.00 €					0.00 €
TOTAL	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €

AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS:

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ANULAÇÃO / REVERSÃO	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de Instalação	52.76 €	158.28 €		211.04 €
Despesas de Investig./Desenv.	0.00 €			0.00 €
Prop. Industrial o Outros Direitos	0.00 €			0.00 €
Trespases	0.00 €			0.00 €
TOTAL	52.76 €	158.28 €	0.00 €	211.04 €
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e Rec. Naturais	0.00 €			0.00 €
Edifícios e Outras Construções	0.00 €			0.00 €
Equipamento Básico	0.00 €			0.00 €
Equipamento de Transporte	0.00 €			0.00 €
Ferramentas e Utensílios	0.00 €			0.00 €
Equipamento Administrativo	0.00 €	2,876.98 €		2,876.98 €
Taras e Vasilhame	0.00 €			0.00 €
Outras Imob. Corpóreas	0.00 €			0.00 €
TOTAL	0.00 €	2,876.98 €	0.00 €	2,876.98 €
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Titulos e Outras Aplicaç. Financeiras	0.00 €			0.00 €
Outros Empréstimos Concedidos	0.00 €			0.00 €
TOTAL	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €

NOTA 11 – CUSTOS INCORRIDOS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAMENTO DAS IMOBILIZAÇÕES

Não aplicável.

NOTA 12 – BASES E CRITÉRIOS DE REAValiação DO IMOBILIZADO

Não aplicável.

NOTA 13 – REAValiação DO IMOBILIZADO

Não foram efectuadas reavaliações de imobilizado.

RUBRICAS	CUSTOS HISTÓRICOS	REAVALIAÇÕES FISCAIS	OUTRAS REAVALIAÇÕES	VALORES CONTABILÍSTICOS REAVALIADOS
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e Rec. Naturais	0.00 €			
Edifícios e Outras Construções	0.00 €			
Equipamento Básico	0.00 €			
Equipamento de Transporte	0.00 €			
Ferramentas e Utensílios	0.00 €			
Equipamento Administrativo	27,407.30 €			
Taras e Vasilhame	0.00 €			
Outras Imob. Corpóreas	0.00 €			
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos em Imóveis	0.00 €			

NOTA 14 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO IMOBILIZADO CORPÓREO E EM CURSO

RUBRICAS	IMOB. CORPÓREAS	AUMENTO DE IMOB. CORPÓREAS		IMOBILIZAÇÕES EM CURSO
		TOTAL	EDIF. OUTR. CONSTR.	
ACTIVIDADE DA EMPRESA - CAE	(1)	(2)	(3)	(4)
70220	27,407.30 €	27,268.60 €	- €	4,605,130.59 €
TOTAL	27,407.30 €	27,268.60 €	- €	4,605,130.59 €
IMOBILIZ. EM PODER DE TERCEIROS				
IMOBILIZ. IMPLANTADAS EM PROP. ALHEIA				
IMOBILIZ. LOC. ESTRANGEIRO				
IMOBILIZ. REVERSÍVEIS				
TOTAL	- €			- €
CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS				
VALOR NO EXERCÍCIO				
VALOR ACUMULADO				

NOTA 15 – VALORES CONTABILÍSTICOS DE BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

A Sociedade Polis Litoral Ria Formosa não utiliza bens em regime de locação financeira.

NOTA 16 – EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS EM QUE PARTICIPA

Não aplicável.

NOTA 17 – ACÇÕES E QUOTAS INCLUÍDAS NA CONTA “TÍTULOS NEGOCIÁVEIS”

Não aplicável.

NOTA 18 – DISCRIMINAÇÃO DA CONTA 4154 “FUNDOS” E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS AFECTAÇÕES

Não aplicável.

NOTA 19 – ACTIVO CIRCULANTE POR CATEGORIAS DE BENS

Não existem diferenças materialmente relevantes entre os custos apurados segundo os critérios adoptados pela empresa e os correspondentes valores de mercado, dos activos circulantes constantes no balanço.

RUBRICAS	CUSTO HISTÓRICO	VALOR DE MERCADO	DIFERENÇA
EXISTÊNCIAS			- €
DÍVIDAS DE TERCEIROS	7,951,004.13 €	7,951,004.13 €	- €
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS			- €
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	12,643,470.01 €	12,643,470.01 €	- €
TOTAL	20,594,474.14 €	20,594,474.14 €	- €

NOTA 20 – ACTIVO CIRCULANTE COM VALORES INFERIORES AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO

Não aplicável.

NOTA 21 – AJUSTAMENTOS EM RÚBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Não aplicável.

NOTA 22 – EXISTÊNCIAS QUE SE ENCONTRAM FORA DA EMPRESA

Não aplicável.

NOTA 23 – DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Não aplicável.

NOTA 24 – ADIANTAMENTOS OU EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EMPRESA

Não houve quaisquer empréstimos a membros dos órgãos sociais da empresa, nem foram assumidas quaisquer responsabilidades de sua conta.

NOTA 25 – DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL DA EMPRESA

Não existem dívidas activas nem passivas com o pessoal da empresa.

NOTA 26 – DÍVIDAS TITULADAS POR RÚBRICAS DE BALANÇO E NÃO EVIDENCIADAS NESTE

Não existem dívidas tituladas que não estejam evidenciadas no balanço.

NOTA 27 – OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS, TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO E OUTROS TÍTULOS OU DIREITOS SIMILARES EMITIDOS PELA EMPRESA

Não aplicável.

NOTA 28 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM SITUAÇÃO DE MORA

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

NOTA 29 – DIVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Não existem dívidas a terceiros a mais de cinco anos.

NOTA 30 – DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais.

NOTA 31 – COMPROMISSOS FINANCEIROS QUE NÃO FIGUREM NO BALANÇO

No final do exercício de 2009, encontravam-se executadas obras aprovadas nos termos das candidaturas no montante de 1.859.794,12€ (um milhão, oitocentos e cinquenta nove mil setecentos e noventa quatro euros doze cêntimos), dos quais se encontrava recebidos 1.670.377,56€ (um milhão, seiscentos e setenta mil, trezentos e setenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos). De salientar que à data do fecho de contas se encontravam registados na conta de pedidos de financiamento dois pedidos que, por razões que se prendem com atrasos na execução de despesas da candidatura, não foram submetidos pelo facto da quitação das despesas se encontrarem fora do período de elegibilidade conforme informação disponibilizada por parte dos serviços do contrato de comodato. Segundo a informação recebida o mesmo irá seguir no decorrer do ano de 2010 incorporado noutros pedidos.

No âmbito das intervenções do Polis, foi protocolado com a Câmara Municipal de Tavira, a execução da Obra da Marginal de Cabanas, suportando este o montante de 650.493,08€ (seiscentos e cinquenta mil quatrocentos e noventa e três euros e oito cêntimos), sendo este o valor entre a diferença do valor orçamentado em Plano Estratégico e Orçamento de Actividades de 2008, e o valor estimado da empreitada constante da proposta adjudicada vencedora do concurso Público. O referido montante corresponde a 38% da empreitada.

De igual modo e para execução de obras de intervenção, foi protocolado com o IPT um acordo de comparticipação deste organismo no montante de 3.891.750€ (três milhões, oitocentos e noventa e um mil, setecentos e cinquenta euros), dos quais já foram realizados 500.000€ (quinhentos mil euros), para obras a levar a efeito pela Sociedade Polis Litoral Ria Formosa tendo por base as seguintes áreas de intervenção:

- Ilha da Culatra – Núcleo do Farol;
- Ilha de Tavira;
- Canais de acesso às infra-estruturas portuárias – Barra Nova de Faro/Olhão e Canal de Faro; Barra da Fuzeta e Canais do Ramalhete, da Fuzeta e da Culatra;
- Tavira – Quatro Águas/Doca de Recreio;
- Cais de Acostagem de Olhão (Cais T), Ilha Deserta, Faro, Farol, Culatra, Armona, Fuzeta Terra, Fuzeta Mar, Tavira – Quatro Águas e Ilha de Tavira.

Da mesma forma para o mesmo objectivo, foi também celebrado um protocolo entre esta Sociedade e a ARH – Administração da Região Hidrográfica do Algarve, I.P, no montante de 70.000,00€ (setenta mil euros) assumida por ambas partes iguais, para a realização de estudos de valorização das actividades ligadas aos recursos da Ria Formosa. Estes estudos têm como objectivo contribuir para a valorização das actividades ligadas à moliscicultura e aquacultura, devendo apontar soluções para a valorização das mesmas, mantendo o equilíbrio do sistema lagunar.

Existe ainda um contrato de Projecto de Execução de Requalificação Urbana do Troço entre a Avenida Cinco de Outubro e a Avenida Dezasseis de Junho, celebrado com a empresa Prospectiva - Projectos, Serviços, Estudos, Lda, no montante de 58.060,00€ (cinquenta e oito mil e sessenta euros). O presente contrato foi inicialmente celebrado com Município de Olhão, tendo os intervenientes por adenda ao contrato celebrado em dezoito de Maio de dois mil e nove, efectuado a cedência da posição contratual à Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, S.A..

NOTA 32 – RESPONSABILIDADES DA EMPRESA POR GARANTIAS PRESTADAS

Não existem responsabilidade da empresa por garantias prestadas.

NOTA 33 – DIFERENÇA NO ACTIVO ENTRE DÍVIDAS A PAGAR E QUANTIAS ARRECADADAS

Não aplicável.

NOTA 34 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS PROVISÕES

Não aplicável.

NOTA 35 – REALIZAÇÃO E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO CAPITAL SOCIAL

O capital social inicial da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, no valor total de 22.500.000€, está subscrito da seguinte forma: Estado Português (63%), Município de Faro (14%), Município de Olhão (11%), Município de Tavira (9%) e Município de Loulé (3%).

À data de encerramento das contas, encontra-se integralmente realizada a participação no capital do Estado Português, correspondente a 14.175.000€. Está também realizada uma parte da participação no capital detida pelo Município de Tavira, correspondente a 405.000€, tendo ficado por realizar o restante valor.

No ano de 2009 apenas foram realizadas duas partes de capital do Município de Loulé, no valor correspondente a 270.000€.

Assim, encontra-se nesta data por realizar 3.150.000€ do Município de Faro, 2.475.000€ do Município de Olhão, 1.620.000€ do Município de Tavira, 405.000€ do Município de Loulé, perfazendo um total de 7.650.000€ por realizar.

NOTA 36 – NÚMERO DE ACÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E SEU VALOR NOMINAL

O capital social divide-se em 22.500 acções nominativas de valor unitário 1.000€.

NOTA 37 – PARTICIPAÇÃO (>20%) NO CAPITAL SUBSCRITO POR CADA UMA DAS PESSOAS COLECTIVAS

NIF / DENOMINAÇÃO	PAÍS DE LOCALIZAÇÃO DA SEDE	PARTICIPAÇÃO DIRECTA NO CAPITAL		PARTICIPAÇÃO DIREITOS DE VOTO (%)
		(%)	VALOR	
503756237 - ESTADO PORTUGUÊS INSTITUTO DE GESTÃO DA TESOURARIA E DO CREDITO PUBLICO I P	620	63	14.175.000 €	63

NOTA 38 – ACÇÕES E QUOTAS SUBSCRITAS NO CAPITAL

O capital social da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa, dividido em 22.500 acções está subscrito da seguinte forma: Estado Português - 14.175 acções,

Município de Faro - 3.150 acções, Município de Olhão - 2.475 acções, Município de Tavira - 2.025 acções e Município de Loulé - 675 acções.

NOTA 39 – VARIAÇÕES DAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Não aplicável.

NOTA 40 – VARIAÇÕES NAS RÚBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
CAPITAL	22,500,000.00 €	- €		22,500,000.00 €
ACÇÕES (QUOTAS PRÓPRIAS)	- €	- €	- €	- €
VALOR NOMINAL				- €
DESCONTOS E PRÉMIOS				- €
PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES				- €
PRÉMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES (QUOTAS)				- €
AJUST. PARTES CAPITAL EM FILIAIS E ASSOC.	- €	- €	- €	- €
AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO				- €
LUCROS NÃO ATRIBUIDOS				- €
OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS				- €
DEPRECIAÇÕES				- €
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO				- €
RESERVAS	- €	- €	- €	- €
RESERVAS LEGAIS				- €
RESERVAS ESTATUTÁRIAS				- €
RESERVAS CONTRATUAIS				- €
RESERVAS LIVRES				- €
SUBSÍDIOS				- €
DOAÇÕES				- €
OUTRAS RESERVAS				- €
RESULTADOS TRANSITADOS		57,874.18 €		57,874.18 €
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	57,874.18 €	- €	57,874.18 €	- €
DIVIDENDOS ANTECIPADOS				- €

NOTA 41 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MERCADORIAS CONSUMIDAS

Não aplicável.

NOTA 42 – DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Não aplicável

NOTA 43 – REMUNERAÇÕES ATRIBUIDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃO SOCIAL	REMUNERAÇÕES
Administração ou Gerência	27,000.00 €
Mesa da Assembleia Geral	1,650.00 €
Membros do Conselho Fiscal	13,200.00 €
Outros Órgãos Sociais	
TOTAL	41,850.00 €

**NOTA 44 – REPARTIÇÃO DE VALORES POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS
E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS**

		ACTIVIDADE CAE	TOTAL
		70220	
MERCADO INTERNO	Vendas		- €
	Prest. Serviços		- €
	Compras		- €
	Forn. Serviços Externos	92,925.28 €	92,925.28 €
MERCADO COMUNITÁRIO	Vendas		- €
	Prest. Serviços		- €
	Compras		- €
	Forn. Serviços Externos		- €
MERCADO EXTRACOMUNITÁRIO	Vendas		- €
	Prest. Serviços		- €
	Compras		- €
	Forn. Serviços Externos		- €
TOTAL	Vendas	- €	- €
	Prest. Serviços	- €	- €
	Compras	- €	- €
	Forn. Serviços Externos	92,925.28 €	92,925.28 €
CMVMC	Mercadorias		- €
	Matérias		- €
	Total	- €	- €
Variação da Produção			- €
Número Médio de Pessoas ao Serviço		4	4
CUSTOS COM PESSOAL	Remunerações	144,781.16 €	144,781.16 €
	Outros	25,126.72 €	25,126.72 €
	Total	169,907.88 €	169,907.88 €

NOTA 45 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

POC		EXERCÍCIOS	
		2009	2008
	CUSTOS E PERDAS		
681	Juros Suportados		
682	Perdas em empresas grupo e assoc.		
683	Amortizações de invest. em imóveis		
684	Ajustamentos de aplicações financeiras		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis		
686	Descontos de pronto pagamento concedidos		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		
688/9	Outros custos e perdas financeiros	371.51 €	105.41 €
82	RESULTADO FINANCEIRO	208,046.20 €	613.30 €
	TOTAL	208,417.71 €	718.71 €
	PROVEITOS E GANHOS		
781	Juros obtidos	208,417.71 €	718.71 €
782	Ganhos em empresas grupo e assoc.		
783	Rendimentos de imóveis		
784	Rendimentos de participações de capital		
785	Diferenças de câmbio favoráveis		
786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
788/9	Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros		
	TOTAL	208,417.71 €	718.71 €

NOTA 46 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

POC		EXERCÍCIOS	
		2009	2008
	CUSTOS E PERDAS		
691	Donativos		
692	Dívidas incobráveis		
693	Perdas em existências		
694	Perdas em imobilizações		
695	Multas e penalidades	- €	100.00 €
696	Aumentos de amortizações		
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	0.02 €	
698/9	Outros custos e perdas extraordinários	57,198.07 €	
84	RESULTADO EXTRAORDINÁRIO	- 17.40 €	- 100.00 €
	TOTAL	57,180.69 €	- €
	PROVEITOS E GANHOS		
791	Restituição de impostos		
792	Recuperação de dívidas		
793	Ganhos em existências		
794	Ganhos em imobilizações		
795	Benefícios e penalidades contratuais		
796	Redução de provisões		
797	Correcções relativas a exercícios anteriores		
798/9	Outros proveitos e ganhos extraordinários	57,180.69 €	
	TOTAL	57,180.69 €	- €

NOTA 47 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável.

NOTA 48 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES**- ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2009, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	2009	2008
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
Pagamento Especial por Conta		0,00
Estimativa de imposto		
Retenção na Fonte	41.683,54	143,74
Imposto sobre o Valor Acrescentado	55,37	560,00
Outros		
	2009	2008
Saldos credores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
Estimativa de imposto	487,53	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na Fonte	2.157,00	1.256,00
Imposto de Selo		
Contribuições para a Segurança Social	3.632,72	1.664,71
Imposto sobre o Valor Acrescentado	30.289,95	

- **DISPONIBILIDADES**

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2008 e 2009, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2009	2008
Numerário	44,55	279,93
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	12.643.470,01	13.203.576,34
Equivalentes a caixa	12.643.514,56	13.203.874,27
Caixa e seus equivalentes	12.643.514,56	13.203.874,27
Disponibilidades constantes do balanço	12.643.514,56	13.203.874,27

- **ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2009, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

	2009	2008
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	0,00	0,00
Outros Acréscimos de Proveitos	0,00	0,00
Custos diferidos:		
Garantias Bancárias	0,00	0,00
Seguros	722,39	0,00
Rendas	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Outros	5.831,37	0,00
Acréscimos por Impostos Diferidos	0	

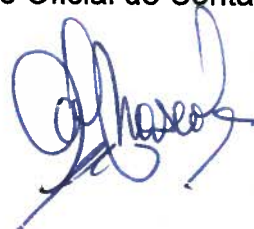
Acréscimos de custos:

Remunerações a Liquidar	0,00	0,00
Juros a Liquidar	0,00	0,00
Seguros a Liquidar	0,00	0,00
Outros	979,52	2.781,34

	2009	2008
Proveitos diferidos:		
Subsídios ao Investimento (Nota 3)	2.294.237,44	0,00
Outros Proveitos Diferidos		

- No âmbito das intervenções do Polis, foi protocolado com a Câmara Municipal de Tavira, a execução da Obra da Marginal de Cabanas, suportando este o montante de 650.493,08€ (seiscentos e cinquenta mil quatrocentos e noventa e três euros e oito cêntimos), sendo este o valor entre a diferença do valor orçamentado em Plano Estratégico e Orçamento de Actividades de 2008, e o valor estimado da empreitada constante da proposta adjudicada vencedora do concurso Público. O referido montante corresponde a 38% da empreitada. Neste âmbito 38% dos custos já realizados com esta obra que ascendem a 57.180,69 € foram registados na rubrica de Custos Extraordinários. Por outro lado, foi registado montante idêntico na rubrica de Proveitos Extraordinários, correspondente aos valores facturados ao Município de Tavira.

O Técnico Oficial de Contas



Handwritten signature in blue ink.

Anexo 3.

Parecer do Fiscal Único

**DFK & Associados**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Rua Ferreira Lapa, n.º 16 - B
1150-158 Lisboa, Portugal
Tel: 351 21 324 34 90 Fax: 351 21 342 01 48
e-mail: dfk.lisboa@dfk.com.pt

Rua Dr. Manuel de Arriaga, n.º 23 - A
8000-334 Faro (Algarve), Portugal
Tel: 351 289 805 544 Fax: 351 289 801 330
e-mail: dfk.faro@dfk.com.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2009, a actividade da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa-Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa da Empresa. Entendemos referir que o capital deveria ser realizado nos termos previstos aquando da constituição da sociedade.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Faro, 15 de Março de 2010

O FISCAL ÚNICO

Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC,SA

OP
5/2
7

Anexo 4.

Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, (que evidencia um total de Balanço de 25.230.997 Euros e um total de Capital Próprio de 22.442.126 Euros, incluindo um Resultado Líquido nulo (zero Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos que constituem o referencial contabilístico (conforme descrito na nota 3 do Anexo) e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras, não nos competindo pronunciar sobre a adequação do referencial contabilístico adoptado face ao objecto da entidade e à especificidade das suas operações.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.





5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o referencial descrito nas notas 1 e 3 do Anexo.

Ênfases

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1. A **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA** foi constituída em Junho de 2008, com um capital subscrito de 22.500.000 Euros encontrando-se realizados cerca de 14.850.000 Euros conforme melhor descrito no Relatório de Gestão e na nota 35 do Anexo. Está prevista a dissolução da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012.

8.2. Considerando a natureza não lucrativa da **Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA**, a sua actividade específica, e de não existir no normativo nacional nem nas disposições subsidiárias do IASB, um referencial específico a este tipo de sociedades, foi deliberado pelo Conselho de Administração e aprovado em Assembleia Geral de Accionistas, que a contabilização das operações realizadas conduzirá à imobilização dos investimentos, ao diferimento dos subsídios associados a esses investimentos, e a um resultado líquido nulo por diferimento dos saldos das contas de proveitos e de custos.

Faro, 15 de Março de 2010



Rosalba Maria Cocco Mercante Ferro (ROC 1024),
em representação de DFK & Associados, SROC, SA

